



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

NÁGELA DA SILVA DE SOUSA

**AS CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA A EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO HUMANA DA *FRENTE ÚNICA***

FORTALEZA

2013

NÁGELA DA SILVA DE SOUSA

AS CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA A EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO HUMANA PARA A *FRENTE ÚNICA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Brasileira, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Ontologia marxiana e educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Dores Mendes Segundo.

Co-orientadora: Prof.^a Dra. Josefa Jackline Rabelo.

FORTALEZA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

- S697c Sousa, Nágela da Silva de.
 As contribuições de Antonio Gramsci para a educação e formação humana para a frente única /
 Nágela da Silva de Sousa. – 2013.
 57 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de
 Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.
 Área de Concentração: Educação.
 Orientação: Profa. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.
 Coorientação: Profa. Dra. Josefa Jackline Rabelo.
1. Gramsci, Antonio, 1891-1937 – Contribuições em educação. 2. Gramsci, Antonio, 1891-1937 –
 Visão política e social. 3. Gramsci, Antonio, 1891-1937 – Crítica e interpretação. 4. Ontologia.
 5. Filosofia marxista. I. Título.

CDD 370.1

NÁGELA DA SILVA DE SOUSA

AS CONTRIBUIÇÕES DE ANTONIO GRAMSCI PARA A EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
HUMANA DA FRENTE ÚNICA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Brasileira. da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Ontologia marxiana e educação.

Aprovada: 16 /10/ 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Josefa Jackline Rabelo (Co-orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Dr. Valdemarin Coelho Gomes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar e abençoar o meu caminho.

À professora Maria Das Dores pela paciência que teve nos momentos mais difíceis, pelo incentivo e fundamentalmente por acreditar em minha capacidade.

À professora Jackline Rabelo, sempre presente, por tornar possível os meus estudos no campo marxista e por me orientar e contribuir em todos os momentos da minha formação, serei eternamente grata!

Aos professores Valdemarin Coelho e Ruth Gonçalves por terem atendido ao convite para desempenhar este papel, dispondo de seu tempo e conhecimento para contribuir imensamente com este trabalho.

Ao professor Luís Távora, por me conceder a oportunidade de adentrar no mundo da pesquisa.

À professora Helena Freres, pela oportunidade, diante de um currículo pragmatista de graduação, de cursar uma disciplina fundamentada no materialismo histórico dialético.

À minha mãe, exemplo de coragem e de fibra, pelo amor incondicional, por abdicar de tantas coisas em favor do meu bem-estar e da minha felicidade, pela constante participação nessa luta, essa vitória é nossa.

Ao meu irmão, Naldo, por incentivar os meus ideais e sonhos.

À mãe Susana, minha mestra, pelo amor dedicado em todos os momentos, por acreditar na minha capacidade e, diante do começo dessa jornada tortuosa, me encorajar para que eu siga firme e forte.

À Paula, minha irmã, pelo amor e carinho sempre acompanhados de indispensáveis apoios, conselhos e incentivos.

Ao meu padrinho, Yuri, meu mentor espiritual (rs!), pelo amor paternal, por estar presente e torcer pelo meu sucesso, sempre!

À Liz, Luana e Sophia por me acolherem, fraternalmente, nas minhas idas a São Paulo.

Aos meus primos, Taty, André, Philipe, Paulinha, Matheus, Tamara e Valentina, por proporcionarem os melhores momentos da minha infância.

À minha tia Diana, que participou de todos os momentos da minha formação pessoal e intelectual.

Aos meus avôs, tios e tias por torcerem pelo meu engrandecimento e pelo meu sucesso.

Ao meu amigo Ricardo, com seu jeito genuíno de ver a vida, me ensinou a ser uma pessoa mais sensível.

Aos meus queridos amigos Vivi, Mítia, Danilo, Igor, Felipe e Neury, por me dedicarem uma amizade fiel e compreensiva, tornando os meus dias mais alegres e leves.

Às amigas Mayara e Didi por compartilharmos sorrisos, angústias, sonhos e tristezas, muito obrigada!

Às minhas amigas, Liana, Jaiane, Rachelzinha, Marcelinha, Drica, Day, Kátia e Grazy, por construirmos uma amizade verdadeira e hoje vocês fazem parte de mim.

Ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário e à Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, por tornarem possível e enriquecerem a minha formação acadêmica e pessoal.

Aos meus companheiros do IMO, em especial, Isadora, Adéle, Antonio, Adriano, Natasha, pelas trocas, ensinamentos e amizade que compartilhamos.

Aos professores, técnicos e funcionários da Faculdade de Educação que contribuíram, direta ou indiretamente, na minha formação.

Os operários fabris e camponeses pobres são duas energias da revolução proletária. Para eles, em particular, o comunismo representa uma necessidade existencial: seu advento significa a vida e a liberdade, enquanto a permanência da propriedade privada significa o perigo iminente do esmagamento, da perda de tudo, até mesmo da vida física.

(Antonio Gramsci)

RESUMO

O presente trabalho dissertativo tem por objetivo investigar as categorias presentes na obra do revolucionário italiano, Antonio Gramsci, acerca da frente única e sua formação educacional na perspectiva da revolução; revisitando, ainda, as contribuições de teóricos e estudiosos do pensamento de Gramsci sobre a aliança operário-camponesa diante da revolução proletária como, por exemplo, Del Roio (2005) e Nosella (1992). Tendo por base teórica o materialismo histórico dialético, realizou-se um trabalho a partir de procedimentos teórico-bibliográficos de caráter classista, adotando como revisão principal, a produção de Antonio Gramsci, especificamente nas obras pré-carcerária e nos escritos políticos, que se constitui, rigorosamente, um teórico-militante da causa operária. Deste modo, buscamos fazer um resgate histórico da gênese e processualidade do pensamento de Antônio Gramsci, consolidadas em sua curta trajetória de vida, recuperando elementos vinculados à sua origem familiar, como a sua militância teórico-prática, marcada pela profunda imersão na luta política e social na Itália, em especial, seu envolvimento com a problemática dos conselhos de fábricas e da escola do trabalho. Em linhas gerais, na análise do contexto da Questão Meridional, expressada na divisão político-geográfica, destacamos as concepções revolucionárias de Gramsci, na função dos grupos subalternos. Na compreensão do movimento operário, situamos a experiência francesa no século XIX a partir de O 18 Brumário de Luís Bonaparte de Karl Marx, relatando a luta dos camponeses. Posteriormente, partindo da ontologia marxiana e entendendo a educação como um complexo fundado pelo trabalho, dissertamos sobre a frente única e suas complexidades, traçando o papel da educação e/ou formação humana para a constituição de uma aliança operário-camponesa diante da conjuntura italiana do início do século XX, mostrando o caráter ao mesmo tempo histórico/particular e universal das contribuições gramscianas.

Palavras-chave: Ontologia Marxiana. Frente Única e Educação. Aliança Operário-camponesa. Conselhos de Fábricas. Escola do Trabalho.

ABSTRACT

The dissertation aims to investigate the categories present in the work of the Italian revolutionary Antonio Gramsci, pinpointing his proposal of a united front and its educational construction in the perspective of the revolution; revisiting the contributions of theorists and scholars in line with the thought of Gramsci, as it relates to worker-peasant Alliance in view of proletarian revolution, Del Roio (2005) e Nosella (1992), for example. Based upon historical dialectic materialism, the paper followed a set of theoretical-bibliographic procedures of a classist character, adopting as its major reference, the production of Antonio Gramsci, a true militant theorist of proletarian cause, specifically his pre-prison work; and political writings, in general. In this way, we seek to historically retrieve the genesis and evolution of Antonio Gramsci's thought, consolidated in his short life trajectory, highlighting elements linked to his family origin, as his theoretical-practical militancy, marked by a deep immersion in the political and social class struggles in Italy, in particular, his involvement with the problematics of the factories councils and the school of labor. Generally speaking, in the analysis of the context of the Southern Issue in Italy, expressed in political-geographical division, we feature the revolutionary conceptions of Gramsci, in function of subalternity. Attempting to understand the labour movement, we situate the French experience in the 19th century from the reference point of the 18 Brumaire of Louis Bonaparte, of Karl Marx, reporting the peasants struggles. Further on, from the Marxian ontology frame of reference, and understanding education as a complex founded by work, we focus upon the united front and its complexities, tracing the role of education and/or human formation for the constitution of a worker-peasant Alliance in the context of the Italian situation of the early 20th century, showing the character at the same time particular and universal of Gramscian contributions.

Keywords: Marxian Ontology. United Front an Education. Labor-Peasant Alliance. Factory Councils. School of Labor.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	OPERÁRIOS E CAMPONESES: A PROBLEMÁTICA DA <i>FRENTE ÚNICA</i> ..	15
2.1	Vida e obra de Antonio Gramsci	15
2.2	A história dos grupos sociais subalternos: uma leitura a partir de Gramsci	21
2.3	A questão meridional – Itália.....	25
2.4	Operários e camponeses e a temática das <i>classes subalternas</i> em Gramsci.....	28
2.5	Camponeses e terras incultas: notas sobre a experiência francesa no século XIX a partir de <i>o 18 Brumário de Luís Bonaparte</i> de Karl Marx.....	31
3	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA PARA A PROPOSTA DE <i>FRENTE ÚNICA</i>	37
3.1	A educação como complexo social: uma leitura perspectivada pela centralidade do trabalho	39
3.2	A escola do trabalho (1ª Guerra, 1914-1918): notas sobre a experiência de Antonio Gramsci.....	43
3.2.1	<i>A escola “desinteressada” do trabalho</i>	44
3.3	A escola de quadros no Pós-Guerra (1919-1921): <i>L’Ordine Nuovo</i>	49
3.4	A Escola de Partido e a frente única: ascensão do fascismo (1921-1926).....	54
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

No presente texto dissertativo, realizamos um trabalho a partir de procedimentos teórico-bibliográficos de caráter classista, tendo por fundamento o materialismo histórico dialético, adotando, como revisão principal, a produção teórica de Antonio Gramsci, que se constitui, rigorosamente, um teórico-militante da causa operária. Gramsci foi uma figura emblemática do comunismo italiano, comprometido com o projeto histórico de uma sociedade fundada pelo trabalho associado, tomando como primado a filosofia da práxis.

Para procedermos tal revisão, realizamos ainda, um esforço de aproximação do nosso objeto de estudo, com as premissas da ontologia marxiana¹, que toma o trabalho como complexo fundante do ser social. Desse modo, propomo-nos a realizar uma leitura mediada pela perspectiva da ontologia marxiana no sentido de nos contrapormos, logo de início, a todas as distorções e interpretações adulteradas, indevidas e despolitizantes do pensamento revolucionário de Gramsci, que dedicou os poucos e sofridos anos de sua vida à defesa dos genuínos interesses da classe trabalhadora.

Apesar de não ter dissertado, em seus escritos, sobre a importância da centralidade do trabalho na reprodução da vida social e da fábrica na reprodução do capital, pressupomos com o apoio de DEL ROIO (2007), que Gramsci faz uma *leitura ontológica da realidade*, pautando sempre o método histórico dialético para entendê-la.

O presente trabalho dissertativo tem por objetivo investigar categorias presentes na obra do revolucionário italiano, Antonio Gramsci, acerca da frente única e sua formação na perspectiva da revolução; revisitando, ainda, as contribuições de Karl Marx sobre a Revolução Francesa, como forma de aferir as aproximações entre as posições gramscianas e a análise de Marx sobre esta crucial questão.

Para tanto, dividimos nosso trabalho em dois capítulos. O primeiro trata da problemática afeta à união entre operários e camponeses e a problemática da *frente única*. O segundo debruça-se mais sistematicamente acerca da análise e propostas de Gramsci sobre a

¹ A esse respeito, podemos, de forma sintética, expressar que a ontologia marxiana constitui-se uma ontologia de novo tipo, que explicita o trabalho como uma categoria qualitativamente nova em relação às precedentes formas do ser tanto inorgânico como orgânico. A novidade consiste na realização adequada, ideada e desejada da posição teleológica, já que na natureza existem apenas realidades e uma ininterrupta transformação das formas concretas, um contínuo tornar-se-outro, “De modo que é precisamente a teoria marxiana segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ser finalisticamente produzido que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social”, como afirma Lukács (1981, p. 20). Tal perspectiva esboça, nessa direção, a natureza do processo **ontológico que tem a** categoria Trabalho como explicação da reprodução social, demonstrando as manifestações do trabalho tanto como categoria central que ontologicamente explica a história da evolução do homem quanto como dimensão geradora de valor.

educação e a formação humana sob a referência da *frente única* e da construção de uma nova sociedade.

Inicialmente, buscamos fazer um resgate histórico sobre a gênese e processualidade do pensamento de Antônio Gramsci, consolidadas em sua curta trajetória de vida, recuperando elementos vinculados à sua origem familiar, como a sua militância teórico-prática, marcada pela profunda imersão na luta política e social na Itália, em especial, seu envolvimento com a problemática dos conselhos de fábricas, da escola do trabalho, do Partido Socialista da Itália, do Partido Comunista da Itália, dentre outros espaços de militância revolucionária.

Nesse sentido, no primeiro capítulo fazemos uma sucinta apresentação da vida e obra de Gramsci, dando ênfase a algumas categorias por ele desenvolvidas, relativas ao problema da formação do trabalhador; outra categoria de especial interesse por nós destacada na obra gramsciana e que se constitui objeto de relevo da nossa pesquisa diz respeito à questão meridional, associada às formulações do autor sobre classes subalternas e à sua defesa intransigente de uma frente única entre operários e camponeses no horizonte da revolução.

Após este resgate histórico, no mesmo capítulo, realizaremos um resgate da história dos *grupos sociais subalternos* e uma síntese sobre a divisão político-geográfica italiana que se tornou, conforme aprendemos em nosso estudo, a principal barreira para a formação de uma frente única revolucionária capaz de travar lutas para o advento de uma sociedade comunista. Esta divisão político-geográfica é, popularmente, conhecida na Itália, ainda hoje, como “Questão Meridional”. Gramsci aborda sistematicamente esta Questão, sobretudo, em seu artigo *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas* ou também conhecido por *Alguns temas sobre a Questão Meridional*. Vale ressaltar que este artigo é, dentre a sua obra pré-carcerária, um dos mais importantes, por ter como “eixo teórico o problema da hegemonia como direção intelectual-moral e, por conseguinte, a fixação do decisivo papel que têm os intelectuais como agentes desta hegemonia” (Coutinho, p. 20).

É importante assinalar que, ao nos debruçarmos sobre a obra gramsciana pré-carcerária, tomamos especial interesse pela questão meridional e pela temática das classes subalternas. Gramsci, em seus escritos, sempre relatava a importância da constituição de uma frente única, mas para que esta se efetivasse, defendia ser necessário formar os quadros, de maneira a se apropriarem dos conhecimentos revolucionários acumulados ao longo da história, conhecimentos estes de caráter universal; e, assim, formar companheiros que fossem capazes de uma atividade prática e não só de gritar *Viva a Revolução*. Entendendo a importância do conhecimento universal para a elevação do operariado e das classes

subalternas, Gramsci se afasta das teorias culturalistas, que supervalorizam a identidade cultural dos grupos subalternos sem oferecer-lhes uma formação para além dos seus cotidianos; deixando-os imersos na ignorância², sob o pretexto da aceitação das “diferenças”.

Para auxiliar nossos estudos e nossas reflexões acerca da obra gramsciana, consultamos, dentre outros, os seguintes autores, que têm grande reconhecimento no campo do materialismo histórico dialético: Del Roio (2005, 2006, 2007, 2013), Nosella (1992), Maestri e Candreva (2007), Oldrini (1999).

Após dissertarmos sobre a frente única e suas complexidades, apresentamos, no segundo capítulo, o papel da educação e/ou formação humana para a constituição de uma aliança operário-camponesa, através de algumas experiências educativas desenvolvidas por Antonio Gramsci. No desenvolvimento deste capítulo, procedemos, deveremos, de início, a um resgate da educação enquanto categoria ontologicamente fundada pelo trabalho, para, a partir dessa premissa, revisitar as principais proposições de Gramsci sobre a educação revolucionária.

É importante destacarmos que nosso trabalho dissertativo está vinculado à Linha de Pesquisa Marxismo, Educação e Lutas de Classes do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará; e ao Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), sediado na Universidade Estadual do Ceará. A Linha e o IMO, em um acordo de cooperação acadêmica, vêm desenvolvendo um esforço conjunto de realizar pesquisas, seminários e grupos de estudos ligados ao marxismo ontológico, partindo da centralidade do trabalho para analisar a atual conjuntura. Nesse contexto, nossos estudos e pesquisas são frutos de um trabalho coletivo e, nesse sentido, vem somar-se, de forma mais imediata, a outros trabalhos dissertativos defendidos no contexto da Linha e que apanham diferentes dimensões do pensamento e da prática revolucionária de Antonio Gramsci. É justo, anotar, por fim, que nossa dissertação muito se beneficiou da experiência efetivada no grupo de estudos Gramsci e a Formação do Educador, igualmente vinculado à Linha e ao IMO.

² É oportuno resgatar que, numa defesa clara do conhecimento e da elevação cultural do trabalhador, associada às lições legadas pela Revolução Francesa, Gramsci chegou a proclamar: “A Revolução Francesa abateu muitos privilégios, ergueu muitos oprimidos; mas não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela outra. Deixou, porém, uma grande lição: que os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muita destas injustiças: e, quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora!” (Escritos Políticos, vol. 1, p. 46, grifo nosso).

2 OPERÁRIOS E CAMPONESES: A PROBLEMÁTICA DA *FRENTE ÚNICA*

O problema urgente, a palavra de ordem necessária
hoje, é do governo operário camponês.
(Gramsci)

Neste primeiro capítulo apresentaremos, de modo sucinto, a vida e obra de Antonio Gramsci, rastreando e analisando categorias por ele desenvolvidas, relativas ao problema da formação do trabalhador; destacando, como foco de análise desta pesquisa, a Questão Meridional e a problemática das classes subalternas e a constituição de uma frente única como horizonte da revolução. Para apropriação desse legado, nos apoiamos na sua obra *pré-carcerária* (Escritos Políticos volume 1 e 2) e fizemos uma revisão de alguns intérpretes gramscianos como, por exemplo, Marcos Del Roio (2005, 2006, 2007, 2013) e Nosella (1992). Dissertaremos, também, sobre a divisão político-geográfica da Itália, fazendo um resgate histórico de seus grupos sociais subalternos. Por fim, apresentaremos, sumariamente, a experiência revolucionária da França no século XIX a partir de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx, relatando a luta dos camponeses.

2.1 Vida e obra de Antonio Gramsci

Em 22 de janeiro de 1891 em Ales, na região italiana da Sardenha, nascia Antonio Gramsci. Fruto de uma prole numerosa de Francesco Gramsci era o quarto dos sete filhos. Aos dois anos de idade, foi vítima de uma tuberculose óssea (conhecida como mal de Potti) que prejudicou sua coluna, deixando-o corcunda. Com isso, sofreu de várias enfermidades, tornando-se uma criança solitária, impossibilitada de brincar e extremamente dedicada aos estudos.

Anos mais tarde, devido à sua competência nos estudos, recebeu um prêmio que lhe concedeu uma bolsa de estudos na Universidade de Turim para estudar Letras e Filosofia. A cidade de Turim, neste período, passa por um processo de reestruturação industrial e, por lá, chegaram trabalhadores de todas as regiões da Itália. E, assim, há um fortalecimento dos sindicatos. Engajado com as causas trabalhistas, de acordo com Sobral (2010), Gramsci começa a frequentar os círculos socialistas que eram compostos por imigrantes sardos envolvidos nas lutas sociais.

Em 1913, diante de seu envolvimento com as causas políticas e sociais, Gramsci, aos 22 anos, decide filiar-se ao Partido Socialista Italiano (PSI).

A Primeira Guerra Mundial surge em meados de 1914, contando com o apoio de grande parte dos intelectuais e operários socialistas que acreditavam que este conflito traria primorosas conquistas à Europa. Entretanto, uma minoria “percebeu que a Guerra era simplesmente uma disputa de território entre capitalistas” e dentre esta estava Gramsci (SOBRAL, 2010, p.36).

No mesmo ano, Gramsci perde sua bolsa de estudos, uma vez que não conseguia dedicar-se plenamente à vida acadêmica devido às suas enfermidades. Percebemos, com isso, que a vida do revolucionário sardenho esteve sempre cercada de

dificuldades econômicas, agravadas pela saúde precária, levaram-no a abandonar a universidade e, a seguir, atraído pela ação do movimento operário turinês radicalizado, envolver-se mais e mais na luta política e social, dando um destino à sua vida de todo inesperado. (MAESTRI; CANDREVA, 2007, p. 41).

Perante o abandono da universidade por força maior, em dezembro de 1915, Gramsci passa, em consonância com Sobral (2010), a compor o corpo editorial do jornal diário do PSI – *Avanti*. Também, disponibilizará mais tempo para palestras nos círculos operários de Turim sobre, por exemplo, a Revolução Francesa.

No início de 1919, Gramsci, com os companheiros Tasca, Togliatti e Terracini cria a revista *L'Ordine Nuovo* (A nova ordem) que tinha por subtítulo: “resenha semanal de cultura socialista”. Seus artigos tinham por objetivo discutir os problemas e conflitos para a construção da revolução comunista italiana. Posteriormente, em janeiro de 1921, o periódico torna-se diário e troca o seu subtítulo por “diário comunista” (SOBRAL, 2010).

Assim, naquele ano de 1919, Gramsci, de acordo com Del Roio (2007, p. 65), “numa perspectiva fortemente marcada pela guerra e pela revolução socialista internacional, notava que o campesinato se tornava uma força motriz da revolução socialista, fosse na Rússia ou na Itália.”

No final de 1919, Gramsci escreve, então, um importante artigo, intitulado *Operários e camponeses*, dando início à temática da frente única e das classes subalternas que seria abordada com maior riqueza de elementos, anos depois. Referido artigo foi publicado na *L'Ordine Nuovo*, afirmando que os operários e camponeses seriam duas energias da revolução proletária e que, portanto, para eles, em particular, “o comunismo representa uma necessidade existencial: seu advento significa a vida e a liberdade, enquanto a permanência da propriedade

privada significa o perigo iminente do esmagamento, da perda de tudo, até mesmo da vida física” (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 268). E, deste modo, conclui: “Todo trabalho revolucionário só tem probabilidade de êxito quando se funda nas necessidades vitais e nas exigências culturais dos operários fabris e dos camponeses” (*idem*, p. 269).

O período pós-guerra (1919-1921) ficou historicamente conhecido como o “biênio russo” por ser, segundo Nosella (1992, p. 30),

considerado um momento de apogeu para as aspirações revolucionárias e proletárias do mundo inteiro. Foram anos de autêntica “primavera” para o trabalho político-organizativo socialista[...] De fato, o exemplo da revolução, que estava dando certo, brilhava fortíssimo no triste quadro de uma guerra burguesa recém acabada e acendia nos ânimos dos socialistas do mundo inteiro a esperança de que a revolução socialista era mesmo possível.

Com este espírito, em Turim, o grupo da *L’Ordine Nuovo* liga-se ao movimento dos conselhos de fábrica e organiza uma escola “[...] enraizada na prática industrial e pautada na concepção metodológico-didática do historicismo vivo [...] Objetivava, essa escola, formar os intelectuais orgânicos do futuro novo Estado socialista, que fossem técnicos e políticos da produção moderna, única base objetiva da liberdade universal” (NOSELLA, 1992, p. 36).

A ascensão desse movimento ocorreu através da Greve Geral de Turim, à qual aderiram mais de 200 mil trabalhadores. E, como afirma Sobral (2010), esta foi “uma greve diferente, pois ao invés dos trabalhadores faltarem ao trabalho, eles foram para dentro das fábricas comandados pelos conselhos operários que lá funcionavam. Gramsci entendia que num movimento de efervescência os trabalhadores tinham a capacidade de se auto organizar e que, para adquirirem autonomia, seria necessário demonstrar que os patrões eram totalmente dispensáveis” (p. 38).

Em 1920, os trabalhadores fabris, unificados em torno da Greve após dois anos de lutas, foram derrotados; além da derrota, estavam divididos em dois partidos. Pois, paralelamente, em 1921, há uma cisão no PSI devido à sua postura ambígua, uma vez que declara ser uma instituição política socialista, entretanto era um partido com posturas positivistas; e, assim sendo, segundo Nosella (1992), alguns de seus partidários uniram-se durante o Congresso de Livorno para formar o Partido Comunista Italiano (PCI).

Com esta situação, a *L’Ordine Nuovo* liga-se ao PCI e passa por uma reformulação, modificando seu nome para *L’Unitá* “Diário dos operários e camponeses”.

Neste mesmo período, ainda de acordo com Sobral (2010, p. 39), emergia o fascismo, movimento liderado por Mussolini que anos antes pertencera ao PSI; este movimento

“adotava uma perspectiva revolucionária contra a igreja, a monarquia e os banqueiros, mas logo esse movimento se vendeu para a burguesia italiana [...]”.

Em maio de 1922, Gramsci é enviado à Moscou junto à delegação comunista italiana na reunião do comitê executivo da Internacional Comunista (IC). Passa alguns meses internado devido a doenças nervosas. Durante sua estada no país, conhece Giulia Schutht, sua futura esposa. Também, como anota Nosella (1992), conheceu por lá figuras emblemáticas, a exemplo de Lenin, Trotsky, Martov etc.

Durante esse período, que durou, aproximadamente, um ano e meio, o comunista sardo se “interessou muito pelos debates sobre a questão da Escola do Trabalho, sobre o Fordismo e o Americanismo: os seus cadernos³ fazem várias referências às teses que nesse momento eram debatidas na Rússia sobre o trabalho como princípio educativo” (NOSELLA, 1992, p. 52). Também se convenceu da importante tese defendida por Lênin de que os trabalhadores fabris e do campo deviam montar uma frente única contra o capitalismo.

A importância que Gramsci vai dar nos Cadernos do Cárcere, à temática americanismo e fordismo, “comprova como a centralidade do trabalho fabril persistia em sua crítica da modernidade capitalista, o que aponta na direção oposta a uma possível diluição da classe operária no seio de indefinidos e pulverizados 'grupos subalternos’” (DEL ROIO, 2007, p. 70).

Enquanto Gramsci estava em Moscou, o fascismo foi instaurado após a “Marcha sobre Roma”, organizada pelos seguidores desse regime, ser aprovada unanimemente pelo Congresso italiano, no final de outubro de 1922, conclamando o nome de Mussolini para o cargo de Primeiro Ministro. Em seguida, naqueles dias, o agora Primeiro Ministro expede uma ordem de prisão a Gramsci (NOSELLA, 1992).

Impedido de retornar à Itália, o comunista sardo, no final de 1923, após passar uma temporada em Moscou, foi enviado pela direção da IC à Viena, onde formulou algumas concepções sobre “relações educativas entre intelectuais e massa, que deveriam consubstanciar em um progresso intelectual de massa, sendo um substrato imprescindível para se conceber uma ideia de partido revolucionário e de revolução socialista” (DEL ROIO, 2006, p. 321).

E, nesse mesmo período, o revolucionário sardo decide reviver a *L'Ordine Nuovo* (esta seria a sua 3ª fase) para “contribuir para a educação e para o progresso intelectual da vanguarda operária” (p. 112). Deste modo, esta etapa do periódico “se propõe a suscitar nas massas de operários e camponeses uma vanguarda revolucionária capaz de criar o Estado dos

³ Nosella refere-se aos Cadernos do Cárcere (1929 – 1935) que Gramsci escreveu quando esteve preso.

conselhos de operários e camponeses e de fundar as condições para o advento e a estabilidade da sociedade comunista” (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2005, p. 113).

Dessa vez, a formação ocorreria através de um curso por correspondência, uma vez que esta traduzia a única alternativa possível diante do regime fascista. Além da retomada da revista, ele propôs outra publicação, voltada para o mesmo fim: a *Crítica Proletária*.

A Escola por Correspondência foi implantada apenas em abril de 1925, em um contexto histórico marcado ainda pelo fascismo de Mussolini, quando não havia liberdade de expressão. De acordo com Nosella (1992), Gramsci acreditava que o “fascismo representava a expressão política profunda, duradoura e internacional do próprio imperialismo econômico” (p. 50).

Naquele momento extremamente adverso, a educação voltada para a classe trabalhadora – ou seja, as escolas de partido – assumiu uma denotação distinta no projeto gramsciano em relação à atual conjuntura na qual eclodiu a educação a distância e os propósitos desta.

Anteriormente à Escola por Correspondência, Gramsci teorizou um programa de uma escola de cultura desinteressada, escola “desinteressada” do trabalho, voltada para o proletariado, a qual proporcionaria

[...] à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, assim como entediam os antigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade. A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem idéias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores de uma olhar infalível e de uma mão firme (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992, p. 20).

A escola “desinteressada” tinha por proposta, em consonância com Nosella (1992), ser uma instituição humanista, culta, viva e, sobretudo, livre e aberta.

Mesmo em Viena, Gramsci se candidata às eleições regionais italianas e foi eleito deputado da região de Veneza; com a imunidade parlamentar, retornou à Itália. (NOSELLA, 1992). Ao chegar, pretendia incentivar os partidos de esquerda a formar a frente única contra o movimento fascista.

Inspirado, pelas elaborações de Lênin e da Internacional Comunista acerca da frente única de operários e camponeses, Gramsci inicia um artigo sobre a problemática meridional

italiana, intitulado *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*. Na ocasião, o teórico destaca os problemas candentes desta questão político-geográfica da Itália, e aponta como horizonte a frente única, desejando que esta se rebelasse contra o fascismo, que “representava a expressão política profunda, duradoura e internacional do próprio imperialismo econômico” (NOSELLA, 1992, p. 50) e, por conseguinte, contra o sistema capitalista. Iremos abordar com maior afinco esta questão no segundo capítulo.

Em 1926, Gramsci é preso pelo regime de Mussolini e recebe uma sentença de vinte anos. Na prisão, longe de sua esposa e filhos, que ficaram em Moscou, ele é amparado por sua amiga e cunhada Tatiana Schucht.

No final de 1934, depois de anos do cárcere, o sardo está muito debilitado de saúde e, por isso, consegue uma liberdade condicional para se tratar em outras clínicas fora da prisão; sempre acompanhado de Tatiana, em 25 de abril de 1937, Gramsci sofre um derrame cerebral e morre (SOBRAL, 2010).

Dentre os autores do campo marxista, a obra de Gramsci é uma das mais apropriadas de forma indébita devido à forma como foi escrita. E concordamos com Sobral (2010, p. 42) ao afirmar que

O legado do revolucionário sardo é uma obra inconclusa e por vezes fragmentada, pois se constitui de escritos que tratavam de questões políticas e culturais para compor a edição dos inúmeros jornais e revistas, com os quais colaborou durante sua trajetória militante. Bem como, por se tratar de cadernos de anotações, escritos sob censura, em condições de vida bastante precárias na prisão, e cartas que eram endereçadas a algumas pessoas com quem matinha contato.

E como afirma Del Roio (2005, p. 15):

Uma obra de publicista e de organizador da cultura operária desde muito cedo, que foi, no mais das vezes, sendo estampada em periódicos vinculados ao movimento operário sob a forma de artigos ou relações e documentos partidários. Mas uma obra sempre voltada para o debate, para a interlocução, para a polêmica. Mesmo uma parte significativa de suas epístolas esteve canalizada para os objetivos de uma ação político-cultural, dos quais nem mesmo sua correspondência privada mostrou-se imune. Assim, Gramsci já trazia consigo o perfil do ator político revolucionário, do “homem comunista” almejado pela filosofia da práxis.

A obra gramsciana tem três distintas fases: Escritos Políticos (1910-1926), de grande importância para compreendermos “o itinerário intelectual e político deste grande teórico”; Cartas do Cárcere (1929-1937) e Cadernos do Cárcere (1929-1935), que são escritos mais

difundidos e estudados, e foram desenvolvidos durante o aprisionamento de Gramsci pelo regime fascista.

Desta feita, no próximo capítulo, traçaremos um estudo mais detalhado acerca da problemática da *Frente Única* em Gramsci. Para tanto, faremos uma revisão nos Escritos Políticos de Antonio Gramsci, volume 1 e 2, e de alguns textos de sua autoria reunidos no livro “A questão meridional”. Vale ressaltar, mais uma vez, que utilizamos estudos gramscianos de alguns intérpretes do revolucionário italiano, em especial, Marcos Del Roio, para apoiar nossa reflexão sobre a temática trabalhada

2.2 A história dos grupos sociais subalternos: uma leitura a partir de Gramsci

Em seu estudo intitulado *Classes subalternas, lutas de classes e hegemonia: uma abordagem gramsciana*, Simionatto (2009, p. 42) tenta resgatar a concepção de classes subalternas em Gramsci, em sua relação com as categorias Estado, sociedade civil e hegemonia, tematizando, ainda, as formas de superação da subalternidade pensadas por Gramsci, através da cultura e da filosofia da praxis” (p. 41). A autora reitera que as primeiras menções ao termo “subalterno” estariam já presentes em seus escritos pré-carcerários, sendo, porém, nos Cadernos do Cárcere, que “Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.

Gramsci caracteriza a história dos grupos sociais subalternos como desagregada e episódica⁴, entretanto afirma que, no curso histórico destes grupos, “existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso”. Esta tendência, que é historicamente levada pela força dos grupos detentores do grande capital, representado hoje pela burguesia, mostra que os grupos subalternos “mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando

⁴ Com efeito, recuperando que “a história episódica e fragmentada das classes subalternas, decorrente de uma concepção de mundo permeada de senso comum e de folclore, impede-as de chegar a elaborações críticas sobre as formas de cooptação e as situações de exploração a que são submetidas [...] (p. 43), Simionatto (2009, p. 43, grifos nossos) compreende que, para Gramsci, “a superação da condição de subalternidade requer a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum [...] Nesse processo, em suma, aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento da realidade impõe-se como condição essencial na luta por sua própria transformação [...]”.

parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830)” (GRAMSCI, 2002, v. 5, p. 135).

A Revolução Francesa deixou, sem dúvidas, uma marca histórica para a humanidade, entretanto aos grupos subalternos trouxe avanços apenas parciais, uma vez que se tratou de uma manifestação da burguesia e de suas reivindicações. É oportuno resgatar que, numa defesa clara do conhecimento e da elevação cultural do trabalhador, associada às lições legadas pela Revolução Francesa, Gramsci chegou a proclamar:

A Revolução Francesa abateu muitos privilégios, ergueu muitos oprimidos; mas não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela outra. Deixou, porém, uma grande lição: que os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças: e, **quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância** e de ferocidade em que se encontram agora! (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 46, grifo nosso).

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, o Estado italiano assumiu as tarefas de regulamentação da produção e distribuição dos bens materiais, realizando uma espécie de truste (monopólio de uma empresa ou do estado, no caso, sob determinada fabricação e distribuição de bens) da indústria e do comércio. Assim, realizando, de acordo com Gramsci (1987), “uma forma de concentração dos meios de produção e de troca, e um nivelamento das condições de exploração das massas proletárias e semiproletárias, que produziram os seus efeitos revolucionários.” Nesse sentido, para Gramsci (1987, p. 69), não seria possível “compreender o caráter essencial do período atual se não se levam em conta esses fenômenos e as consequências psicológicas por eles produzidas”.

No início do século XX, países europeus como, por exemplo, Espanha, Itália, Rússia e França, eram caracterizados por serem industrialmente atrasados diante da produção capitalista. Neles, encontrávamos uma nítida separação das economias e do modo de organização social entre cidade e campo, entre operários e camponeses. No campo, observamos na esteira de Gramsci (1987, p. 70), prevalecia marcadamente uma economia de caráter feudal e o Estado moderno liberal-capitalista era ignorado. Assim, “a propriedade agrária se manteve fora da livre concorrência: e o Estado moderno respeitou sua essência feudal, excogitando fórmulas jurídicas, como a do fideicomisso, que conservam de fato as investidas e os privilégios feudais”.

O Estado moderno respeitou a essência feudal da propriedade agrária, como podemos perceber, e diante disso, a mentalidade do camponês continuou a ser a do *servo da gleba*, ou seja, de acordo com a definição gramsciana, uma mentalidade que “se revolta violentamente contra os ‘senhores’ em determinadas ocasiões, mas é incapaz de pensar a si mesmo como membro da coletividade e de desenvolver uma ação sistemática e permanente no sentido de mudar as relações econômicas e políticas de convivência social” ().

A luta de classes, sobretudo na Itália, era confundida com o banditismo, manifestado pela ameaça, incêndio dos bosques, soltura do gado etc., e, deste modo, Gramsci afirma que, objetivamente, a

psicologia do camponês se reduzia a uma pequeníssima soma de sentimentos primordiais dependentes das condições sociais criadas pelo Estado democrático-parlamentar: o camponês era deixado completamente à mercê dos proprietários e de seus sicofantas e dos funcionários públicos corruptos, e a preocupação maior de sua vida era a de se defender corporalmente das insídias da natureza elementar, dos abusos e da barbárie cruel dos proprietários e dos funcionários. (GRAMSCI, 1987, p. 70).

O camponês, neste período histórico, viveu apartado do Estado e de suas leis, sem uma *personalidade jurídica* e sem *individualidade moral*; permanecendo como um “elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo”. O campesinato permanecia sem compreender o Estado e sua organização, sendo “paciente e tenaz no esforço individual de arrancar à natureza escassos e magros frutos, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar”, entretanto era “selvagememente impaciente e violento na luta de classe, incapaz de propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática” (GRAMSCI, 1987, p. 70).

Os quatro anos de trincheira, como dizia Gramsci, que durou a Primeira Guerra Mundial, mudaram radicalmente a mentalidade do camponês. Observamos, com os escritos gramscianos, que esta mudança foi uma das condições essenciais para o advento da revolução na Rússia.

Sobre este período, Gramsci afirma

O que o industrialismo, com o seu normal processo de desenvolvimento, não fora capaz de produzir terminou sendo produzido pela guerra. A guerra obrigou as nações mais atrasadas do ponto de vista capitalista – e, portanto, menos dotadas de meios mecânicos – a recrutar todos os homens disponíveis, para opor grandes massas de carne viva aos instrumentos bélicos dos Impérios centrais. Para a Rússia, a guerra significou a tomada de contato entre indivíduos antes dispersos num vastíssimo território, significou uma concentração humana que durou ininterruptamente anos e anos de sacrifício,

com o perigo sempre imediato da morte, sob uma disciplina igual e igualmente feroz; os efeitos psicológicos dessa permanência em condições similares de vida coletiva por tanto tempo foram imensos e ricos de consequências imprevistas. (GRAMSCI, 1987, p. 71).

Ainda conforme Gramsci, neste período de guerra foi produzido, nos espíritos individuais e egoístas, um modelo de “espírito unitário comum, os sentimentos se identificam, formou-se um hábito de disciplina social: os camponeses conceberam o Estado em sua complexa grandiosidade, em sua desmesurada potência, em sua complicada construção” (*idem*). E, desse modo, passaram a conceber o mundo “não mais como uma coisa indefinidamente grande como o universo ou mesquinamente pequena como o campanário da aldeia, mas sim em sua concreticidade de Estados e povos, de forças e fraquezas sociais, de exercícios e máquinas, de riquezas e pobreza” (GRAMSCI, 1987, p. 71).

Sob essas condições, na avaliação de Gramsci, formou-se, historicamente, a frente russa, os conselhos dos delegados militares; e foi, a partir disso, que o campesinato que esteve na Guerra pode “participar ativamente da vida dos soviets de Petrogrado, de Moscou e dos outros centros industriais russos, e adquiriram consciência da unidade da classe trabalhadora [...]” (GRAMSCI, 1987, p. 71). Donde conclui Gramsci que não se pode perder de vista esta unidade quando o horizonte é a Revolução!

2.3 A Questão Meridional – Itália

Em 1926, Gramsci inicia um ensaio para discutir a problemática político-econômica meridional da Itália⁵; devido à sua prisão pelo regime fascista, o escrito ficou inacabado. Neste texto, intitulado *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*, percebemos a evolução do pensamento gramsciano: “Ele foi o único texto mais longo editado enquanto Gramsci vivia; constitui um importante registro da evolução de sua reflexão, antes de ser preso; tratou-se da primeira apresentação sistemática de algumas questões abordadas mais tarde nos *Cadernos do cárcere* [...]” (MAESTRI; CANDREVA, 2007, p.179).

E, ainda sobre o artigo, Del Roio (2007) afirma que este foi, a bem da verdade, um aprofundamento do que ele apresentou nas teses do III Congresso do PCI, realizado em Lyon,

⁵ Em consonância com Dillenburg (2010, p. 32), a Itália no início da década de 1920 era dividida em duas regiões bem distintas: “o norte industrializado e desenvolvido, com grandes indústrias e uma pujante classe operária, e o sul agrário e atrasado”.

na França, no início daquele mesmo ano. Ainda na esteira de Del Roio, podemos afirmar que Gramsci aborda a questão meridional, no artigo, “como particularidade da questão agrária na Itália, como elemento da questão nacional seguindo o método leniniano e fazendo, portanto, sua tradução.” Para o intérprete gramsciano, “[...] o texto estava de fato voltado para atrair o novo meridionalismo, cujos intelectuais observavam no campesinato do sul a força propulsora decisiva da revolução nacional e democrática, mas percebiam também a importância do operariado setentrional nesse processo (DEL ROIO, 2007, p. 66).

O estímulo para escrever este ensaio, de acordo com o próprio Gramsci, foi dado por uma outra publicação acerca da questão meridional, na revista *Il Quarto Stato*, revista socialista fundada por Carlo Rosselli em Milão, ao ano 1926. O “quarto estado” era um modo de fazer referência aos camponeses, onde o autor, de pseudônimo Ulenspiegel, questiona a “fórmula mágica” dada pelos comunistas turinenses, ou seja, pelo grupo *L’Ordine Nuovo* para solucionar o problema meridional. A fórmula, de acordo com este autor, seria a divisão do latifúndio entre os proletários rurais.

Esta proposta de divisão do latifúndio jamais partiu dos jovens da *L’Ordine Nuovo*, pois estes entendiam que a solução da questão agrária italiana iria muito mais além do que a simples redistribuição das terras (GRAMSCI, 1987). E, anteriormente, no artigo Operários e Camponeses de 1919, já expressavam a compreensão de que o “proletariado setentrional, emancipando a si mesmo da exploração capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais, subjugadas aos bancos e ao industrialismo parasitário no Norte”.

Para Gramsci (2004b, v. 2, p. 407), com efeito,

A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas e mal cultivadas, mas na solidariedade do proletariado industrial, que, por sua vez, necessita da solidariedade dos camponeses, já que o proletariado tem interesse em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade rural e em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contrarrevolução.

Diante disso, com aporte em Gramsci, apreende-se a clareza de que os comunistas turinenses, sobretudo, aqueles vinculados ao Partido Comunista da Itália, sempre adotaram como horizonte de solução para a problemática meridional, a aliança política entre os operários do Norte e os camponeses do Sul com a finalidade de trazer as melhores condições para o advento da revolução proletária. Assim, Gramsci ressalta: “éramos pela fórmula muito realista e nada “mágica” da terra para os camponeses; mas queríamos que ela fosse inserida

numa ação revolucionária geral das duas classes aliadas, sob a direção do proletariado industrial” (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 408).

A primeira medida que o grupo *L'Ordine Nuovo* juntamente com o PCI deveria adotar para que a massa proletária tomasse consciência da importância da aliança operário-camponesa era: “obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário.” (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 408).

Para tanto, o grupo deveria criar estratégias para modificar a orientação política e a ideologia difundida na Itália entre todas as classes e, sobretudo, entre o proletariado. Gramsci assinala que tão nefasta ideologia foi

difundida capilarmente pelos propagandistas da burguesia entre as massas do Norte: o Sul é a bola de chumbo que impede progressos mais rápidos para o desenvolvimento civil da Itália; os sulistas são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o Sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos, bárbaros [...] (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 407).

Dentre os propagandistas desta ideologia burguesa, reconhecia Gramsci, estava o Partido Socialista Italiano, que deu sua

benção a toda a literatura “meridionalista” da clique de escritores da “escola positivista” [...] que – em artigos, esboços, novelas, romances, livros de “impressões” e de memórias – repetiam de diversos modos o mesmo refrão. Mais uma vez a “ciência” era dirigida no sentido de esmagar os miseráveis e os explorados; mas, neste caso, ela assumia cores socialistas, pretendendo ser a ciência do proletariado. (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 410).

Gramsci afirma que os comunistas turinenses reagiram energicamente contra esta ideologia tão difundida na Itália e conseguiram, na prática, criar embriões daquela que será a solução do problema meridional: a frente única formada entre operários e camponeses.

Entretanto, Gramsci adverte os companheiros que

nenhuma ação da massa é possível sem que a própria massa esteja convencida das finalidades que quer alcançar e dos métodos a serem aplicados. O proletariado, para ser capaz de governar como classe, deve se despojar de todo resíduo corporativo, de todo preconceito ou incrustação sindicalista [...] O metalúrgico, o marceneiro, o operário da construção civil, etc., devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, marceneiro, operário da construção civil, etc., mas devem dar ainda um passo à frente: devem pensar como operários membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o

socialismo se for ajudada e seguida pela grande maioria destes estratos sociais. Se não conseguir isso, o proletariado não se torna classe dirigente; tais estratos, que representam na Itália a maioria da população, ao continuarem sob a direção burguesa, darão ao Estado a possibilidade de resistir à ofensiva proletária e de derrotá-la. (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 416).

Afastado, de maneira brutal, da sua práxis cotidiana e revolucionária, em 8 de novembro de 1926, Gramsci foi preso em Roma pelo regime fascista de Mussolini. O ensaio sobre a questão meridional ficou inacabado, mas ele aprofundaria algumas das categorias ali trabalhadas em seus *Cadernos do cárcere* inclusive, a partir desta problemática, desenvolve seu conceito de hegemonia, como registra Nosella (1992).

2.4 Operários e camponeses e a temática das *classes subalternas* em Gramsci.

Dentre as diversas categorias trabalhadas e elaboradas por Gramsci, que geram debates complexos e infindáveis na contemporaneidade, aquela relativa às classes subalternas é uma das mais estudadas e vem sendo apropriada por teóricos que se vinculam às mais diversas “ideologias”. A categoria caiu em uso entre os estudiosos das Ciências Políticas e Sociais, tornando-se uma verdadeira tendência influente na literatura científica. E, como afirma Del Roio (2007), desde a década de 1950, quando surgiu a primeira publicação dos *Cadernos do cárcere*, “a Antropologia ou Ciências do Folclore, como se denominava, fez uso de Gramsci para avançar nos estudos e na interpretação da cultura popular” (DEL ROIO, 2007, p. 63).

Entretanto, as elaborações gramscianas foram reapropriadas, por estes estudiosos, de maneira indébita, tornando-as próximas do culturalismo. Assim, alcançam conclusões que se distanciam por completo do pensamento universal e revolucionário gramsciano, a ver:

Uma dessas posturas, vinculadas aos assim chamados *cultural studies*, tende a observar a cultura como elemento determinante, enquanto outra – que não exclui a primeira – de clara inspiração pós-moderna, tende a encarar a fragmentação das classes subalternas como um pressuposto metodológico e como identidade teórica marcada de positividade (DEL ROIO, 2007, p. 64).

A vida no cárcere proporcionou à Gramsci aprofundar, além, de seus estudos sobre a problemática meridional italiana, acerca da categoria das classes subalternas⁶, de modo geral, e sua importância para a atividade revolucionária. De acordo com Del Roio, as “observações etnográficas”

⁶ Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci utiliza a categoria “classes subalternas” como sinônimo, do mesmo campo analítico, de grupos subalternos (DEL ROIO, 2007).

que teve ocasião de fazer no cárcere ofereceram também um material empírico bastante rico para pensar a complexidade dos grupos subalternos da Itália. Podemos dizer então que essa pesquisa de campo forçada – em que se misturavam prisioneiros políticos de diversas origens com marginais também de origens bastante diferentes – sugeriu a Gramsci que as classes subalternas eram um universo muito amplo e complexo. Dar-se conta dessa realidade era imprescindível a fim de se realizar uma política revolucionária capaz de unificar esses grupos e elevá-los culturalmente a um nível superior de consciência crítica (DEL ROIO, 2007, p. 67).

Reconhece Del Roio (2007, p. 64), ademais, que “A vida fragmentada das classes subalternas era vista por Gramsci como uma característica da própria situação social em que se encontram esses agrupamentos, submetidos à exploração e à opressão”. Por outro lado, contudo, conforme alerta o mesmo autor, Gramsci estava convicto de que “essa condição deve ser superada historicamente, pois à medida que essas classes deixam de ser subalternas e passam a disputar a hegemonia, ganham organicidade e a perspectiva da totalidade” (idem, p. 64). Esse elemento constituinte do pensamento de Gramsci demarcaria com todo vigor “[...] a diferença entre visão conservadora que incorre o culturalismo e o pós-modernismo, limitados à defesa da identidade e dos direitos particulares, e a visão revolucionária de Gramsci” (DEL ROIO, 2007, p. 64).

Ainda Del Roio (2007) ressalta que, para Gramsci, o problema da unificação das classes subalternas italianas é uma contribuição, de modo geral, à unificação do gênero humano. E que, portanto, a questão específica do meridional italiano é uma questão internacional:

A reflexão de Gramsci, na mesma medida que particulariza/nacionaliza a questão meridional italiana, a internacionaliza. A unificação das classes subalternas da Itália, contudo, deve unificar a classe operária dentro de uma perspectiva política e cultural que reconheça a necessidade da aliança com o campesinato, num contexto internacional de atualidade da revolução socialista (DEL ROIO, 2007, p. 66).

Deste modo, a emancipação do subalterno supõe que esta unificação transcorra também pela “emancipação cultural, pela percepção de que o econômico e o político (e o filosófico) são expressões de uma mesma realidade em movimento: a emancipação do subalterno passa pela construção de um novo bloco histórico e, como constitutivo desse processo, de uma reforma moral e intelectual (uma revolução cultural gerada na auto-educação das massas) (idem, p. 69). E, de acordo com Del Roio (2007, p. 69), Gramsci, sem cair no culturalismo, dá grande importância ao “estudo do folclore, da religiosidade, do senso

comum, das formas de organização das classes subalternas. É o socrático “conhece-te a ti mesmo” como condição da transformação”.

Elevando esta frase socrática ao patamar universal, Gramsci (2004a, v.1, p. 60) afirma:

Conhecer a si mesmo significa ser si mesmo, ser o senhor de si mesmo, diferenciar-se, elevar-se acima do caos, ser um elemento de ordem, mas da própria ordem e da própria disciplina diante de um ideal. E isso não pode ser obtido se também não se conhecem os outros, a história deles, a sucessão dos esforços que fizeram para ser o que são, para criar a civilização que criaram e que nós queremos substituir pela nossa. Significa ter noções sobre a natureza e suas leis a fim de conhecer as leis que governam o espírito. E aprender tudo sem perder de vista a finalidade última, ou seja, a de conhecer melhor a si⁷ mesmo através dos outros e conhecer melhor os outros através de si mesmo.

Por isso, a importância de conhecer a história universal, para ter os elementos para compreender a realidade posta:

Se é verdade que a história universal é uma cadeia dos esforços que o homem fez para libertar-se dos privilégios, dos preconceitos e das idolatrias, não se compreende por que o proletariado – que quer acrescentar um outro elo a essa cadeia – não deva saber como, por que e por quem foi precedido, bem como o benefício que poderá extrair deste saber. (GRAMSCI, 2004a, v.1, p. 60).

Concluimos com a emblemática pergunta, que sempre perseguiu os comunistas de diferentes épocas e regiões do mundo: Que fazer?⁸ Gramsci, como um homem comprometido com a formação do revolucionário, escreveu no ano de 1923 o artigo *Que fazer*, onde aponta para a classe operária (e, por extensão, para os grupos subalternos) o início da ação revolucionária:

Então, que fazer? Por onde começar? Em minha opinião, é preciso começar precisamente disto: do estudo da doutrina própria da classe operária, que é a

7 Vale ressaltar, que para Gramsci era importante ter consciência de si para reconhecer as determinações políticas, econômicas e sociais que determinam as nossas vidas, para transformá-las. Assim sendo, esta concepção gramsciana está afastada por completo dos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser) e da ideologia do Programa de Educação para Todos, encampado pelo Banco Mundial, ignora o papel ontológico da educação, ou seja, sua função social de transmitir os conhecimentos historicamente acumulados. Estas políticas apregoam uma instrução dotada de “um esvaziamento do conteúdo, em nome de um conjunto de habilidades, aptidões e valores apegados ao plano da imediatividade e do utilitarismo, temperados com abstrações mistificadoras, deslocadas de suas determinações ontológicas” (RABELO et al, 2009, p. 10). Sendo assim, adotam concepções educacionais instrumentais e pragmáticas, que oferecem aos alunos uma aprendizagem em “doses homeopáticas” e negam os conhecimentos universais.

8 O revolucionário russo, Lenin, também compartilhava a mesma preocupação de Gramsci; em sua célebre passagem “sem teoria revolucionária, não há revolucionário”, percebemos que para ele a formação teórico-política é condição sine qua non para a atividade revolucionária. Para tal temática, Lenin desenvolveu o livro *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*.

filosofia da classe operária, ou seja, do estudo do materialismo histórico, do estudo do marxismo. Temos aqui um objetivo imediato [...]: reunir-se, comprar livros, organizar cursos e seminários sobre este tema, formar critérios sólidos de pesquisa e de exame – e criticar o passado, a fim de ser mais forte no futuro e vencer. (GRAMSCI, 2004a, v.1, p. 235).

2.5 Camponeses e terras incultas: notas sobre a experiência francesa no século XIX a partir de *O 18 Brumário De Luís Bonaparte* de Karl Marx

Gramsci, no texto *Operários e Camponeses II* publicado em *L'Ordine Nuovo* em janeiro de 1920, nos alerta sobre a preocupação de distribuir aos camponeses terras para o cultivo sem dar a eles os meios para concretizar tal fim.

Nesse sentido, Gramsci (1987, p. 76) questiona:

O que obtém um camponês pobre invadindo [ou recebendo através de uma “reforma agrária”] uma terra inculta ou mal cultivada? Sem máquinas, sem nenhuma habitação no lugar de trabalho, sem crédito para esperar o tempo de colheita, sem instituições cooperativas que comprem a própria colheita (e isso se chegar à colheita sem antes se ter enforcado no mais forte arbusto do bosque ou na mais tísica figueira selvagem da terra inculta!) e o salvem das garras dos usurários, o que pode ganhar com a invasão um camponês pobre?

Para Gramsci e seus companheiros da *L'Ordine Nuovo*, a distribuição de terra ao campesinato deve ser acompanhada, de maneira imbricada, a uma atividade revolucionária classista ligada ao proletariado.

Partindo das concepções gramscianas, consideramos oportuno compartilhar uma síntese de um extrato do livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx, intitulado *O fenômeno bonapartista*, escrito entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852; demonstrando o quão afinado o teórico italiano estava com o materialismo histórico dialético, como um importante suporte e fundamento teórico-filosófico para o correto entendimento do pensamento revolucionário gramsciano.

.No extrato aqui referido, Marx faz um resgate histórico dos acontecimentos revolucionários no período de 1848 até 1851 na França, tratando dos fatos que desencadeiam o período de ditadura do Estado Bonapartista:

a vitória de Bonaparte sobre o parlamento, do poder executivo sobre o poder legislativo, da força sem frases sobre a força das frases. No parlamento a nação tornou a lei a sua vontade geral, isto é, tornou a sua vontade geral a lei da classe dominante. Renuncia, agora, ante o poder executivo, a toda vontade própria e submete-se aos ditames superiores de uma vontade estranha, curva-

se diante da autoridade. O poder executivo, em contraste com o poder legislativo, expressa a heteronomia de uma nação, em contraste com sua autonomia. A França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para criar sob o despotismo de um indivíduo e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se da tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil. (MARX, 2012, p. 221).

Entretanto, o que percebemos, na esteira de Marx (2012), é que a partir da Revolução Francesa, que tinha por objetivo estabelecer a unificação civil de toda a nação, devendo trazer *Igualdade, Liberdade e Fraternidade*, é que os esforços desta revolução e de outras que aconteceriam futuramente vão de encontro ao que a monarquia absoluta começara:

a centralização, mas ao mesmo tempo, o âmbito, os atributos e os agentes do poder governamental. Napoleão aperfeiçoara essa máquina estatal. A monarquia legitimista e a monarquia de julho nada mais fizeram do que acrescentar maior divisão do trabalho, que crescia na mesma proporção em que a divisão do trabalho dentro da sociedade burguesa criava novos grupos de interesses e, por conseguinte, novo material para a administração do Estado. Todo interesse comum (gemeinsame) era imediatamente cortado da sociedade, contraposto a ela como um interesse superior, geral (allgemeins), retirado da atividade dos próprios membros da sociedade e transformado em objeto da atividade do governo, desde a ponte, o edifício da escola e a propriedade comunal de uma aldeia, até as estradas de ferro, a riqueza nacional e as universidades da França. Finalmente, em sua luta contra a revolução, a república parlamentar viu-se forçada a consolidar, juntamente com as medidas repressivas, os recursos e a centralização do poder governamental. **Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina, ao invés de destruí-la.** (MARX, 2012, p. 223, grifos nossos).

Esta centralização e autonomia do Estado são alcançadas por Luís Bonaparte⁹, “o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas [...]” (MARX, 2014, p. 223), eleito pelo campesinato francês, que representava a maior parte da população do país.

De acordo com Marx (2012), a imensa massa da França, representada pelo campesinato e surgida com as leis de terras de Napoleão Bonaparte, tinha características peculiares como, por exemplo, a forma de produção: cada família, isoladamente, tinha sua pequena propriedade, produzia grande parte do que vinha a consumir; e não havia um intercâmbio mútuo, muito menos, uma unidade da classe: “seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de

⁹ De acordo com Marx (2012), a eleição de 10 de dezembro de 1848 que consagrou Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) como imperador só foi efetivada com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851.

métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais” (MARX, 2012, p. 224).

E, desse modo, prossegue a descrição marxiana para tal massa:

A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas. [...] na medida em que existe entre os pequenos camponeses uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 2012, p. 224).

Sem a consciência de classe, o campesinato francês, deste período histórico, torna-se incapaz de escolher um representante verdadeiro dos seus interesses. Acaba-se criando no imaginário coletivo dos camponeses uma necessidade por um representante que deve, ao mesmo tempo, “aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva” (MARX, 2012, p. 224).

Marx (2012) afirma que este período histórico “originou nos camponeses franceses a crença no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada” (p. 224). Ao contrário, surge um indivíduo que se faz passar por esse homem e conquista a confiança da massa camponesa por apenas carregar o nome de Napoleão; sem trazer as glórias passadas.

A análise marxiana deixa claro, contudo, que este período de dinastia bonapartista representou

não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedade salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. (MARX, 2012, p. 225).

As leis de terras de Napoleão Bonaparte, que garantiram aos camponeses um pedaço de terra, acabaram se tornando um malefício:

Depois que a primeira revolução transformara os camponeses de seu estado de semisservidão em proprietários livres, Napoleão confirmou e regulamentou as condições sob as quais podiam dedicar-se à exploração do solo francês que

acabava de lhes ser distribuído e saciar sua ânsia juvenil de propriedade. (MARX, 2012, p. 226).

As regulamentações para exploração efetivadas por Napoleão trouxeram ao campesinato, de acordo com Marx, um resultado inevitável: arruinamento da agricultura e endividamento do povo.

A forma de propriedade agrícola, dada por Napoleão no início do século XIX, constituía inicialmente “a condição para a libertação e enriquecimento do camponês francês, desenvolveu-se no decorrer desse século na lei do seu escravizamento e pauperização” (MARX, 2014, p. 226).

Seguindo a linha histórica, amparados por Marx, observamos que, no decorrer do século XIX: “os senhores feudais foram substituídos pelos usurários urbanos, o imposto feudal referente à terra foi substituído pela hipoteca; a aristocracia propriedade territorial foi substituída pelo capital burguês” (2012, p. 227). Tornando-se a pequena propriedade dos camponeses um pretexto que permite ao “capitalista retirar lucros, juros e renda do solo, ao mesmo tempo que deixa ao próprio lavrador o cuidado de obter o próprio salário como puder” (MARX, 2014, p. 227).

Apoiados nas conclusões marxianas sobre este período histórico francês, que esta ordem burguesa, que, no começo do século, se propôs a distribuir e regulamentar terras aos camponeses, tornou-se, a bem da verdade, “um vampiro que suga seu sangue e sua medula, atirando-o no caldeirão alquimista do capital” (MARX, 2014, p. 227). Assim, de fato, o camponês não se reconhece na dinastia bonapartista. Deste modo, conclui Marx¹⁰, “os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês” (MARX, 2014, p. 227).

Diante desta síntese de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, podemos retomar e situar, devidamente, em sua base marxista, a concepção gramsciana de que a destruição da terra deve ser enquadrada em uma ação revolucionária das duas classes aliadas (proletários e camponeses), tendo como classe dirigente desta ação o proletariado industrial.

Retomamos, também, a concepção gramsciana acerca da Revolução Francesa, já apresentada neste capítulo, mostrando a proximidade do ponto de vista formulado por Gramsci com relação à análise de Marx deste momento histórico:

¹⁰Nesse sentido, concordamos com Antunes (2011) que há uma incapacidade ontológica dos camponeses em se converter de classe em si em classe para si mesmo, tornando-os, necessariamente, em uma massa representada pela classe proletária comprometida com práxis revolucionária.

A Revolução Francesa abateu muitos privilégios, ergueu muitos oprimidos; mas não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela outra. Deixou, porém, uma grande lição: que os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados. A humanidade necessita de um outro banho de sangue para cancelar muitas destas injustiças: e, quando isso ocorrer, que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora! (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 46).

3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA PARA A PROPOSTA DE *FRENTE ÚNICA*

De início, gostaríamos de expor que nossa leitura sobre o complexo educacional tem um cunho ontológico, por entendermos, que a partir do trabalho o ser social se funda, tornando-se sujeito da sua história, fundando, nesse processo, outros complexos sociais, conforme exporemos mais à frente. Esta leitura ontológica do marxismo vem, sobretudo, de György Lukács, sendo reiterada por seus intérpretes que tomaram as concepções marxianas nessa perspectiva.

Lukács e Gramsci, reconhecidos, a um tempo, como os principais teóricos do chamado *marxismo ocidental*, foram contemporâneos, mas não compartilharam diretamente suas reflexões; sobretudo levando-se em conta que Gramsci¹¹ morreu muito jovem. Apesar disto, foram militantes da causa operária, extremamente, coerentes com o materialismo histórico dialético e radicais em suas *práxis*.

Amparado nos escritos de Marx, Gramsci afirmava que a história não podia ser apreendida apenas como um evento, pois, desse modo, esta se tornaria uma pura atividade prática (econômica e moral). Por exemplo, para conhecermos com exatidão as finalidades históricas de uma sociedade “é preciso conhecer, antes de mais nada, quais são os sistemas e as relações de troca daquele país, daquela sociedade” (GRAMSCI, 2011, p. 67). Sem esse conhecimento, adverte Gramsci, as elaborações científico-sociais servirão apenas à *história da cultura*, serão “reflexos secundários, consequências longínquas, mas não se fará história, não se conseguirá apreender o núcleo da atividade prática em toda a sua solidez” (GRAMSCI, 2011, p. 67). A classe operária, tendo o materialismo histórico dialético por concepção, deve examinar os fatos históricos e *extrair deste exame as diretrizes para a ação*.

Do mesmo modo, ancorado em Marx e Engels, Lukács, por sua vez, apresenta, na *Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels*, dois pontos de vista que permeiam a teoria do materialismo histórico dialético:

O primeiro consiste em que o sistema marxista – em nítido contraste com a moderna filosofia burguesa – não se desliga jamais do processo unitário da história. Segundo Marx e Engels, só existe uma ciência unitária, a ciência da história, que concebe a evolução da natureza, da sociedade, do pensamento

¹¹Lembra, nesse sentido, Del Roio (2013, não paginado) que, ao contrário de revolucionários como Lenin, Rosa e Gramsci, que tiveram vida breve, “Lukács pôde viver de forma mais longa os acontecimentos do século XX: presenciou o pré-stalinismo, isto é, o momento da Revolução Bolchevique. Viveu o ciclo revolucionário que se seguiu e a constituição do período stalinista. Pôde acompanhar os desdobramentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956 e as esperanças daí decorrentes”.

etc., como um processo histórico único, procurando descobrir as leis gerais e as leis particulares (isto é, aquelas que são específicas de determinados períodos) deste processo (LUKÁCS, 2009, p. 87).

Contudo, Lukács nos alerta que isto não implica de modo algum em um relativismo histórico, e este constitui-se o segundo ponto de vista:

A essência do método dialético, de fato, está exatamente em que para ele o absoluto e o relativo formam uma unidade indestrutível: a verdade absoluta possui seus próprios elementos relativos, ligados ao tempo, ao lugar e às circunstâncias. E, por outro lado, a verdade relativa, enquanto verdade real, enquanto reflexo aproximadamente fiel da realidade, reveste-se de uma validade absoluta. (LUKÁCS, 2009, p. 88).

É da maior relevância observarmos que, para além das particularidades que marcam o pensamento de cada um, a afinidade essencial entre os dois filósofos revolucionários tem sido reconhecida por importantes estudiosos de suas respectivas obras, que inscrevem ambos no esforço de recuperação do marxismo das graves distorções a este imputadas historicamente¹².

Com efeito, de acordo com Oldrini (1999, p. 67), Gramsci e Lukács, teóricos coerentes com a sua *práxis* social, combateram fortemente as desfigurações teóricas do marxismo, aquelas que tinham de um lado “o puro e simples voluntarismo e, de outro, o objetivismo ossificado, enrijecido, dogmático do stalinismo”.

Assim, em seu estudo *Gramsci e Lukács, adversários da Segunda Internacional*, o renomado filósofo lukacsiano destaca:

[...] a originalidade das teorias de Gramsci e Lukács está em íntima relação [...] com a sua diferenciação de princípio em relação ao marxismo então dominante (aquilo que o stalinismo herdava das vulgarizações da Segunda Internacional, acrescentando-lhe depois absurdos e deformações por conta própria), e que as críticas deles ao marxismo de tradição da Segunda Internacional aponta principalmente para os limites intrínsecos aos fundamentos filosóficos da doutrina. (OLDRINI, 1999, p. 78).

Marcos Del Roio, por sua vez, um dos mais expressivos autores de inspiração gramsciana no Brasil, expressa-se de forma incisiva sobre a importância do pensamento de Lukács representado na Ontologia do Ser Social.

Assim, na apresentação da Coletânea *György Lukács e a emancipação humana* do qual é organizador, Del Roio (2013, não paginado) declara:

¹²É oportuno anotar que também a obra de Gramsci sofreu profundas deformações, sendo colocada oportunisticamente a serviço do reformismo e da educação burguesa.

O pensamento de Lukács (1885-1971) constitui-se, portanto, num referencial privilegiado de reflexão e combate ao anti-humanismo, às filosofias da desconstrução, à dissolução da ideia de verdade, enfim, aos “deslocamentos” produzidos pelas teorias da pós-modernidade desde o terço final do século passado, com sua cansativa pregação do fim das metanarrativas e de toda referência ao universal.

Como já é sabido entre nós, Lukács não se deteve com maior sistematicidade, como o fez Gramsci, sobre o problema da educação. Entretanto, sobre a base do trabalho como complexo que funda o homem como ser social, oferece, em sua obra de maturidade, indicações precisas para o entendimento da educação e da formação humana.

Por esse prisma, julgamos oportuno revisitar a relação ontológica entre trabalho e educação, como mediação para o tratamento aferido por Gramsci à educação e sua proposta de escola voltada à emancipação da classe subalterna.

Na perspectiva da defesa da centralidade do trabalho como protoforma do ser social, seguiremos tratando da educação como complexo social, que nos permitirá, sob esta base, situar e contextualizar o pensamento Gramsciano acerca da frente única e sua formação educacional na perspectiva da revolução.

3.1 A educação como complexo social: uma leitura perspectivada pela centralidade do trabalho

Para a reprodução e a existência das sociedades dos homens, é necessário que estes transformem constantemente a natureza através do trabalho em seu sentido ontológico. O trabalho é uma categoria “ineliminável do mundo dos homens” (LESSA; TONET, 2008, p. 17).

A reprodução biológica é importante para a manutenção da nossa espécie, mas ela não nos diferencia de outros animais. Somos seres distintos pelo fato de transformarmos a natureza através do trabalho e, com ele, produzirmos o novo e satisfazermos nossas necessidades.

Na esteira de Marx, anotam Lessa e Tonet (2008, p. 17), que o trabalho nos funda como seres sociais: “a partir do trabalho, o ser humano se faz diferente, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais”.

Devemos ressaltar que, de fato, nosso trabalho se distingue da atividade de outros animais, pois o processo de idealização não nos ocorre da mesma forma. Como lembram

Lessa e Tonet (2008) o exemplo de Marx, as abelhas fazem suas atividades sem pensar e refletir, sendo estas geneticamente determinadas. Ao contrário, nós, seres socialmente produzidos, conseguimos projetar na consciência, alternativas para as nossas ações e prever seus resultados (prévia-ideação) e podemos escolher, dentre as alternativas, a melhor. Após a prévia-ideação, o homem objetiva sua ação transformando a natureza. Diante disso, por meio do trabalho, “o homem, ao transformar a natureza, também se transforma. Quando os homens constroem a realidade objetiva, também se fazem a si mesmos como indivíduos” (LESSA; TONET, 2008, p. 21).

O trabalho é, assim, o complexo fundante do ser social, ainda que não o esgote. Dito de outro modo, no processo de complexificação crescente do mundo dos homens, vão se gerando, a partir do trabalho, outros complexos sociais necessários à reprodução onto-histórica do ser social, os quais mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica e autonomia relativa (LESSA; TONET, 2008).

Ainda em consonância com Marx, após as leituras de Lessa e Tonet (2008), todo ato de trabalho e, por conseguinte, toda ação dos indivíduos têm uma dimensão social, pois o seu objeto construído

[...] é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. [...] porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro. [...] porque os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar dos mesmos. (LESSA; TONET, 2008, p. 26).

Como bem explicita Tonet, em outras palavras, “o trabalho é, por sua própria natureza, uma atividade social, ainda que em determinados momentos possa ser realizado isoladamente; sua efetivação implica, por parte do indivíduo, na apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos objetivos, etc., comuns ao grupo” (TONET, 2005, p. 213).

A educação – assim como a linguagem e o conhecimento – é um complexo ineliminável fundado pelo trabalho. Ela é inseparável da categoria trabalho, uma vez que a apropriação que afirma o indivíduo no gênero humano ocorre por meio de um processo histórico-social, ou seja, pela incorporação das objetivações que constituem o patrimônio desse gênero. Como afirma Tonet (2005),

Entre os homens [...], este processo é dirigido, em grau cada vez maior, pela consciência. O homem, ao contrário dos animais, não nasce “sabendo” o que deve fazer para dar continuidade à sua existência e à da espécie. Deve receber este cabedal de instrumentos que já estão de posse deles (p. 213).

É interessante assinalar que essa mesma compreensão pode ser encontrada nas produções de Leontiev ¹³, em uma afirmação recuperada por Tonet.

As aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens nos fenômenos objetivos da cultura material e espiritual que os encarnam, mas são aí apenas postas. Para se apropriar destes resultados, para fazer deles as suas aptidões, “órgãos da sua individualidade” a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através doutros homens, isto é, num processo de comunicação com eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela função, este processo é, portanto, um processo de educação (LEONTIEV *apud* TONET, 2005, p. 214).

Devemos elucidar que esse processo de apropriação tem um caráter ativo, ou seja, o de “apropriar-se do que já existe e de, ao mesmo tempo, recriá-lo e renová-lo, configurando, desse modo, o próprio indivíduo em sua especificidade (TONET, 2005, p. 214).

De acordo com Saviani (2000, p. 17), a educação tem grande valor na identificação do sujeito no gênero humano. Afirma também o autor que esse complexo é “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Tonet (2005) assinala, ademais, que há no ser social uma unidade integrada por dois momentos: o da individualidade e o da genericidade, ficando, primordialmente, a cargo da educação, o encontro pleno dessas duas dimensões, sem perdermos de vista que “a configuração genérica do indivíduo estará sob a regência da reprodução da totalidade social” (p. 215).

Nesse sentido, Lukács assevera que “Assim a problemática da educação reenvia ao problema no qual ela se fundamenta: sua essência consiste em influenciar os homens para que reajam de modo desejado diante das novas alternativas” (*apud* TONET, 2005, p. 215).

Imbuído dessa compreensão, conclui Tonet:

Depreende-se daí que a autoconstrução do indivíduo como membro do gênero humano é um processo subordinado à reprodução mais ampla da

¹³Alexei Nikolaevich Leontiev (1903-1979) foi um psicólogo russo, que trabalhou com Lev Vigotski, ao lado de quem, teve uma relevante participação na proposição de construção da psicologia histórico-cultural.

totalidade social. Vale dizer, o processo de autoconstrução do indivíduo como indivíduo humano, bem como as suas reações diante de novos problemas e acontecimentos, novas e imprevisíveis situações, não terá como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam diretamente na dimensão educativa, mas a concreta totalidade social, cuja matriz é a economia (2005, p. 214).

Vale notar que, atualmente, como assevera Mészáros, o capitalismo passa por uma crise de caráter estrutural, ou seja, que atinge todas as dimensões sociais (saúde, política, educação etc.), para continuar se reproduzindo e acumulando lucros. Na tentativa de fazer frente à crise, reorganiza-se material e ideologicamente a sociedade em seu conjunto, impondo, nesse empreendimento, importantes demandas à educação, a qual recai pesadamente sob o domínio do Banco Mundial, organismo, por excelência, de defesa dos interesses do capital imperialista. Nesse contexto, em que se aprofunda, de forma inédita, a retórica antirrevolucionária, observa-se, ainda em maior medida, a apropriação de cunho reformista do pensamento de Gramsci, a qual, é oportuno ressaltar, alcança diretamente a questão da luta e da educação camponesa.

3.2 A Escola do Trabalho (1ª Guerra, 1914-1918): registro sobre a experiência de Antonio Gramsci

A Primeira Guerra Mundial¹⁴ surge em meados de 1914, contando com o apoio de grande parte dos intelectuais e operários socialistas que acreditavam que este conflito traria primorosas conquistas à Europa. Entretanto, uma minoria “percebeu que a Guerra era simplesmente uma disputa de território entre capitalistas” e dentre esta estava Gramsci (SOBRAL, 2010, p.36).

A Itália saiu da *neutralidade* e decidiu guerrear junto com a *Tríplice Entente* (França, Inglaterra e Rússia) contra as *Potências Centrais* (Alemanha e Áustria-Hungria) afirmando a

¹⁴A respeito da Primeira Guerra Mundial e o seu imperialismo, é oportuno apresentarmos o seguinte extrato: “O que provocou essa guerra capaz de mudar tanta coisa? Para o líder da Revolução Russa de 1917, Vladimir Lenin (1870-1924), as razões podiam ser sintetizadas em uma palavra: imperialismo. Lenin lembrava que as principais potências capitalistas – Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, França – passavam por um intenso processo de concentração econômica desde o fim do século XIX. A formação de superempresas nos países desenvolvidos permitia que elas disputassem em melhores condições mercados consumidores e fontes de matérias-primas no mundo inteiro. Assim, os dois gigantes da energia elétrica – a GE americana e a AEG alemã – haviam dividido entre si os negócios do setor em quase todo o planeta. O problema, segundo Lenin, é que havia limites para a divisão do bolo da economia mundial. Cedo ou tarde, a disputa entre as potências terminaria em guerra” (BRENER apud ARRUDA; PILETTI, 2003, p. 331). Mais aspectos acerca do posicionamento de Lenin sobre o imperialismo diante da Primeira Guerra Mundial, podemos tê-los em seu livro: *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*; disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>.

posição dos nacionalistas italianos de que o país deveria lutar para anexar as regiões de Trento, do Sul de Tirol e de Trieste, regiões consideradas naturalmente italianas, mas que estavam sob o domínio da Áustria.

O Partido Socialista Italiano (PSI), ao qual Gramsci estava filiado neste período, tinha um quadro bastante heterogêneo e não possuía uma “linha política de ação clara, unitária e revolucionária” (NOSELLA, 1992, p. 13). De todo modo, decidiu por não se posicionar em favor ou contra a Grande Guerra, adotando uma *neutralidade absoluta*¹⁵ diante deste fato histórico.

Gramsci afirma que este posicionamento do Partido

tem valor apenas para os reformistas, que dizem não querer apostar tudo numa só carta (mas deixam que os outros apostem e ganhem) e gostariam que o proletariado assistisse aos eventos como espectador imparcial, deixando por si mesmos sua própria hora e preparam sua plataforma para a luta de classes (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 48).

Diante deste posicionamento, Gramsci e o seu grupo começam a se distanciar da linha política do PSI, passando a demonstrar um caráter mais revolucionário e menos inerte, como podemos observar na passagem do artigo *Neutralidade ativa e operante*:

os mais revolucionários – que concebem a história como criação do próprio espírito, feita de uma série ininterrupta de rupturas arrancadas às outras forças ativas e passivas da sociedade, e preparam o máximo de condições favoráveis para a ruptura definitiva (a revolução) – não devem se contentar com a fórmula provisória da ‘neutralidade absoluta’, mas devem transformá-la em outra, ou seja, ‘neutralidade ativa e operante’ (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 46).

3.2.1 A escola “desinteressada” do trabalho e a questão da cultura do proletariado: em direção ao socialismo

Converter a *neutralidade absoluta* em *neutralidade ativa e operante* era, então, o papel dos socialistas, de acordo com Gramsci (2004a) Neste sentido, fazendo as leituras dos escritos gramscianos, percebemos a sua preocupação em transformar isto em uma atividade

¹⁵Sobre a neutralidade absoluta do Partido Socialista Italiano, Gramsci registra:” Após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a direção do Partido Socialista Italiano (PSI) adotou uma política de ‘neutralidade absoluta’, que, através do grupo parlamentar, foi proposta também ao governo. Quando, finalmente, a Itália interveio na guerra ao lado da Entente (França, Reino Unido, Rússia e mais tarde Estados Unidos), contra os Impérios Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria), em maio de 1915, o PSI adotou a palavra de ordem de ‘nem aderir nem sabotar’”. (Nota dos Escritos Políticos, v. 1, p. 459).

formativa revolucionária no seio do proletariado. Para que o proletariado, segundo Lajolo (1982), não testemunhe à “história como espectador – como desejariam os reformistas, enquanto os burgueses se fortalecem prevendo o choque de classes –, mas intervenha ativamente no processo histórico, com o objetivo de preparar *o máximo de condições favoráveis para o arranque definitivo [a revolução]*” (LAJOLO, 1982, p. 23).

Para Gramsci, de acordo com Nosella (1992), está intimamente ligado à tarefa de formação o termo “desinteressado”, cultura e escola desinteressadas; que sejam livres das amarras impostas pela sociedade capitalista. É o termo desinteressado que “conota horizonte amplo, de longo alcance, isto é, que interessa objetivamente não apenas a indivíduos ou a pequenos grupos, mas à coletividade e até à humanidade inteira” (NOSELLA, 1992, p. 14). Um segundo termo ligado a esta tarefa é o *trabalho*, isto é, “a cultura, a escola e a formação devem ser classistas, proletárias, do Partido-do-trabalho” (NOSELLA, 1992, p. 14).

Ainda na esteira de Nosella, constatamos que este período histórico, em que estão inseridos Gramsci e os seus companheiros de Partido, culminou em grandes debates acerca da cultura e da formação do proletariado. Há uma grande polémica dentro do PSI: cultura e formação operária ou apenas prática produtiva e política.

Gramsci se posiciona pelas atividades de caráter *formativo-culturais para o proletariado*¹⁶ e “rejeita a ideia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação” (NOSELLA, 1992, p.15).

Com este propósito, retomamos aqui uma discussão já levantada no *item 1.4* desta dissertação: a concepção gramsciana de cultura.

O revolucionário sardo, em seu artigo magistral *Socialismo e Cultura*, de 1916, alerta que o saber enciclopédico¹⁷ (aquele que recebemos, de maneira inerte, aquela massa de conhecimentos desconexos da realidade) é extremamente prejudicial, sobretudo, ao proletariado. Este tipo de saber “Serve apenas para criar marginais, pessoas que acreditam ser superiores ao resto da humanidade porque acumularam na memória certo número de dados e datas que vomitem em cada ocasião, criando assim quase que uma barreira entre elas e as demais pessoas” (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 57). No entendimento de Gramsci, isto não é

¹⁶No período histórico contemplado neste item, Gramsci ainda não havia se aproximado das teses que defendiam a aliança operário-camponesa, como estratégia fundamental para o advento do Estado Proletário.

¹⁷Nesse sentido, como anota Simionatto (2009, p. 45) com o devido rigor, Gramsci compreende [...] que o senso comum pode ser substituído por uma concepção de mundo mais coerente, não através de uma educação “verbal e livresca”, mas no contexto da luta política de uma classe.

cultura, “é pedantismo; não é inteligência, mas intelectualismo – e é com toda razão que se reage contra isso” (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 58).

Apreendendo uma visão ontológica da cultura, Gramsci afirma

A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como ocorre na natureza vegetal e animal, onde cada ser singular seleciona e especifica seus próprios órgãos inconscientemente, pela lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, ou seja, criação histórica, e não natureza. (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 58).

Afastando-se do culturalismo, Gramsci se coloca contra o *evolucionismo* e o *determinismo do socialismo positivista* – tão presentes no Partido Socialista Italiano – os quais adormecem a consciência do proletariado na espera por uma transformação social, de caráter espontâneo, da sociedade burguesa. Gramsci *apud* Manacorda (2008) afirma que *cultura é um conceito basilar do socialismo e socialismo é uma visão integral da vida*; e que, para tanto, “exige uma clareza preliminar sobre os problemas filosóficos, religiosos e morais que são os pressupostos da ação política e econômica” (p. 31).

Desaprovando o princípio da *neutralidade absoluta*, Gramsci posiciona-se diante da polêmica do PSI – a que relatamos no início do presente sub-capítulo: cultura e formação operária ou apenas prática produtiva e política – defendendo a difusão da cultura historicista e que o Partido passe a uma *neutralidade ativa e operante*.

Nosella (1992, p. 15) nos faz observar que, durante todo o período da Primeira Guerra, o pensamento gramsciano esteve marcadamente envolvido em questões polêmicas:

Se a tônica da crítica e da contraposição em geral está sempre presente no pensamento gramsciano, na verdade haverá momento em que (sobretudo quando ele pensa que a perspectiva revolucionária está muito próxima) o acento polêmico e de oposição deixa lugar para a elaboração de verdadeiras contrapostas de governo.

Nesse sentido, Gramsci escreve alguns artigos sobre o ensino profissionalizante e sobre a universidade popular, sempre na perspectiva da contraposta e invariavelmente

demonstrando seu repúdio ao repentino interesse do Ministério da Educação italiano acerca da Escola do Trabalho¹⁸.

Assim, partilhamos o questionamento de Nosella (1992, p. 16):

Como explicar esse repentino erguimento da bandeira da Escola do Trabalho, tão cara aos socialistas? Esse Estado utiliza-se inclusive das argumentações históricas elaboradas pela tradição cultural socialista. Mas eis o primeiro vício metodológico a aparecer: socialismo sempre pensou na Escola do Trabalho de forma ‘desinteressada’, enquanto esse Estado pensa nela interesseiramente.

Gramsci entendia claramente que a única escola que o Estado italiano estava disposto a criar era a escola do emprego:

A escola do trabalho foi sacrificada à escola do emprego. A burocracia matou a produção. [...] A Escola Técnica se tornou escola de funcionários. [...] À Itália falta uma escola do trabalho. É o proletariado que deve exigir, que deve impor a escola do trabalho [...] sem exclusões por causa da guerra do mercado, sem também protecionismos nem mesmo para o proletariado. Mas uma concorrência leal das capacidades, com competição para uma maior exploração dos produtos do engenho humano, para que sejam oferecidos a todos os meios necessários à sua própria elevação interior e à valorização das boas qualidades de cada um (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992, p. 17).

Ainda no período de guerra, no final de 1916, os debates a respeito dos programas para o ensino profissional permeavam a Câmara Municipal de Turim, configurando um debate entre Zino Zini (vereador socialista e professor de filosofia) e Francisco Sincero (vereador liberal); o primeiro reconhecia a necessidade de uma fusão entre o ensino humanista e o profissional, sem, contudo, sujeitar o homem imediatamente à máquina; e o segundo protestava contra o ensino da filosofia, relegando aos operários um ensino estritamente profissionalizante.

¹⁸A respeito dos fundamentos da Escola do Trabalho, é importante trazermos, aqui, mesmo que em passant, algumas elaborações do revolucionário russo, Pistrak (2011, p. 30): “O marxismo nos dá não apenas a análise das relações sociais, não somente o método de análise para compreender a essência dos fenômenos sociais em suas relações recíprocas, mas também o método de ação eficaz para transformar a ordem existente no sentido determinado pela análise. [...] O trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se, de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas, e, de outro, a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe de um curso sistemático. Assim, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica”.

Gramsci posiciona-se no debate, afirmando que este não traduziria apenas “simples episódios polêmicos ocasionais: são confrontos necessários entre os que representam princípios fundamentalmente diversos” (Escritos Políticos, vol. 1, p. 73).

Durante esses debates, nosso revolucionário sardo escreve um importante artigo intitulado *Homem ou Máquinas?*. Expondo três ideias basilares: a primeira diz respeito ao Partido Socialista Italiano, que ainda não tinha um programa escolar que se diferenciasse dos demais. A segunda temática é a problemática de sobramentos ao proletariado “migalhas escolares ou escolas laterais ‘técnicas ou profissionais’” (NOSELLA, 1992, p. 20).

Finalmente, a terceira ideia apresentada, de maneira brilhante, traz uma espécie de programa de uma escola de cultura desinteressada, escola “desinteressada” do trabalho, voltada para o proletariado.

Esta proporcionaria

[...] à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, assim como entediavam os antigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. Também os filhos dos proletários devem ter diante de si todas as possibilidades, todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade. A escola profissional não pode se tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores de um olhar infalível e de uma mão firme (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 77).

De acordo com Nosella (1992, p. 20), é, ainda, uma marca registrada dos escritos gramscianos a referência ao humanismo renascentista, ressaltando que esta “será uma das ideias-chaves até o final de sua vida”.

Como bem explicita o intérprete gramsciano:

O homem renascentista, para ele, sintetiza o momento de elevada cultura com o momento de transformação técnica e artística da matéria e da natureza; sintetiza também a criação das grandes ideias teórico-políticas com a experiência da convivência popular. Sem dúvida, deve ele estar imaginando o homem renascentista trabalhando como um Leonardo da Vinci no atelier-biblioteca-oficina: as estantes cheias de textos clássicos, as mesas cheias de tintas e modelos mecânicos; ou então escrevendo ensaios políticos e culturais como um Maquiavel que transitava da convivência íntima com os clássicos historiadores da literatura grego-romana, para convivência, também íntima, com os populares da cidade de Florença (NOSELLA, 1992, p. 20).

À luz destes fundamentos, que resumem o mais alto patamar de elevação cultural, Gramsci “sintetiza no ideal da escola moderna para o proletariado, as características da liberdade e livre iniciativa individual com as habilidades necessárias à forma produtiva mais eficiente para a humanidade de hoje. Para ele, esses dois pólos são organicamente interdependentes” (NOSELLA, p. 20).

3.3 A Escola de Quadros no pós-guerra (1919-1921): *L'Ordine Nuovo*

Em 1914, Gramsci caracterizou, de início, que o período histórico da Guerra seria de indizível gravidade com consequências severíssimas, sobretudo para o proletariado. E, de fato, foi. De acordo com Dias *apud* Oliveira (2007, p. 64), do ponto de vista econômico, este período trouxe, especificamente para a Itália, uma verdadeira revolução industrial:

- (i) possibilitou, pela exacerbação do protecionismo – uma das características centrais do *risorgimento*, acumulação de capitais em condições monopólicas;
- (ii) ampliou a extração de mais-valia;
- (iii) forneceu condições propícias para os industriais ampliarem a estrutura básica da desigualdade e da exploração.

Gramsci afirma, no final de 1918, que os quatro anos de batalha mundial mudaram rapidamente o cenário econômico e espiritual

Uma gigantesca mão-de-obra foi improvisada; a violência imanente às relações entre assalariados e empresários revelou-se de modo evidente e identificável até mesmo pelas mentes mais obtusas. E revelou-se de modo não menos espetacular que esta violência tem como instrumento o Estado burguês, em todos os seus poderes e ordenamentos: desde o governo que tem como apêndices os comitês de mobilização, as delegacias de polícia, os carabineiros, os carcereiros, até o ordenamento judiciário que se presta às violações constitucionais promovidas pelos ministros democráticos, até o Parlamento eletivo que, com sua imensa covardia, permite que sejam violadas as liberdades mais elementares. (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 215).

Entretanto, o Estado e a burguesia, vivenciando seu acentuado crescimento industrial, não puderam

evitar o fornecimento aos explorados de uma terrível lição prática de socialismo revolucionário. Surgiu uma nova consciência, uma consciência de classe; e não só na fábrica, mas também na trincheira, que oferece muitas condições de vida semelhantes àquelas da fábrica (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 215).

Gramsci anota, contudo, que “essa consciência é elementar: ainda não foi formada pela conscientização doutrinária. É matéria bruta ainda não modelada. O artesão desta modelagem deve ser nossa doutrina” (Escritos Políticos, vol. 1, p. 215).

De acordo com Nosella (1992, p. 30), este período de pós-guerra (1919-1921) ficou historicamente conhecido como o *biênio russo* por ser

considerado um momento de apogeu para as aspirações revolucionárias e proletárias do mundo inteiro. Foram anos de autêntica “primavera” para o trabalho político-organizativo socialista[...] De fato, o exemplo da revolução, que estava dando certo, brilhava fortíssimo no triste quadro de uma guerra burguesa recém acabada e acendia nos ânimos dos socialistas do mundo inteiro a esperança de que a revolução socialista era mesmo possível.

Gramsci alerta que estes ânimos socialistas devem absorver esta massa que passou quatro anos na trincheira, disciplinando-a e ajudando-a a se tornar

consciente de seus próprios carecimentos materiais e espirituais; deve educar os indivíduos que a compõem no sentido de que se solidarizem entre si de modo permanente e orgânico; deve confundir nas consciências individuais a convicção firme, precisa, racionalmente adquirida, de que somente na organização política e econômica reside o caminho da salvação individual e social, de que disciplina e a solidariedade nos quadros do Partido Socialista e da Confederação são deveres imprescindíveis, são deveres de quem se afirma defensor da democracia social (GRAMSCI, 2004a, v. 1, p. 216).

A massa referida por Gramsci era representada, sobretudo, por soldados, que saíram de pequenas e atrasadas aldeias para lutar em uma guerra de caráter estritamente imperialista, sem nenhuma perspectiva de melhoria para o povo miserável italiano; estes homens “vivenciaram a solidariedade dolorosa da classe proletária posta na bucha dos canhões pela burguesia” (NOSELLA, 1992, p. 31). Voltaram às suas casas com a esperança de serem recompensados pelo Estado com bons empregos para ganhar a vida dignamente, aposentadorias aos inválidos e terras aos pequenos camponeses. Essa esperança logo morreu e a indignação tomou conta do País; aparecendo como horizonte para os italianos a revolução proletária: “Sob a forte crise que estremecia a sociedade italiana, os acontecimentos russos fortaleciam o ardor revolucionário do proletariado radicalizado” (MAESTRI; CANDREVA, 2007, p. 67).

Ao contrário do revolucionário sardo, o Partido Socialista Italiano não possuía uma visão clara das potencialidades de uma possível revolução proletária na Itália. Com uma percepção diferente, e para suprir esta carência do Partido, em abril de 1919, Gramsci e o seu grupo (Tasca, Terracini e Togliatti) decidem fundar uma revista intitulada *L'Ordine Nuovo* (A

nova ordem) que tinha por objetivo “promover o nascimento de grupos livremente constituídos no seio do movimento socialista e proletário para o estudo e a propaganda dos problemas da revolução comunista” (GRAMSCI apud DEL ROIO, 2006, p. 312).

Analisando o pensamento gramsciano, Del Roio (2006) afirma que, até este período histórico, a sua reflexão esteve bastante voltada a críticas ao sistema escolar italiano; o grande desafio, junto à Revista, era o de “pensar uma escola socialista unitária, que articulasse o ensino técnico-científico ao saber humanista”. Sendo esta a grande chave “para que os trabalhadores pudessem perseguir a sua autonomia e desenvolver uma nova cultura, antagonica àquela burguesia” (p. 312).

A *L'Ordine Nuovo* começa suas atividades como uma resenha semanal de cultura socialista, como *transmissora de certa cultura já acumulada, mas subalterna*. Para Del Roio, a guinada em direção à práxis acontece quando o grupo da Resenha percebe que “a auto-educação dos trabalhadores, a educação para a liberdade, não dependia, ou dependia menos, do sindicato e do partido e muito mais dos próprios trabalhadores”, os quais estão diretamente inseridos no processo de produção da riqueza social.

Reconhecia, ademais a *L'Ordine Nuovo* que

os trabalhadores fabris eram já dotados de certo conhecimento profissional específico. O trabalho tecnicamente qualificado e produtivo deveria se vincular a um conhecimento mais amplo de cultura científica e humanista, não só para poder gerenciar o processo produtivo, mas a própria administração pública de um novo Estado operário e socialista. Assim é que os trabalhadores, no seu próprio processo de auto-educação, gerariam os seus intelectuais e seus educadores, educando assim o sindicato e o partido. (DEL ROIO, 2006, p. 314).

Ainda sobre as organizações revolucionárias (partido político e sindicato), Gramsci (2011, p. 75) afirma que estas “nasceram no terreno da liberdade política, da democracia burguesa, como afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia em geral, num terreno onde subsistem as relações entre cidadão e cidadão”. Entretanto, o processo revolucionário nasce no campo da produção, ou seja,

na fábrica, onde as relações são entre opressor e oprimido, explorador e explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia. O processo revolucionário se efetiva onde o operário não é nada e quer se tornar tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida ou morte sobre o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário. (GRAMSCI, 2011, p. 75).

Gramsci considerava os conselhos de fábrica um dos principais instrumentos para o processo revolucionário; e para ele, os conselhos de fábrica italianos constituíam-se um perfeito modelo do quadro político organizativo dos russos, os *Soviets*.

De acordo com Nosella (1992), o conselho de fábrica era “uma instituição de caráter ‘público’, enquanto o Partido e o sindicato são associações de caráter ‘privado’” (p. 34). Justificando, na esteira de Gramsci, que no “Conselho de fábrica o operário entra como produtor, em decorrência portanto de uma sua função universal, como consequência de sua posição e de sua função na sociedade, da mesma forma que o cidadão entra e faz parte do Estado democrático parlamentar”. Em contraposição, o operariado no partido e no sindicato

entra e faz ‘voluntariamente’, assinando um compromisso por escrito, assinando um ‘contrato’ que pode rasgar a cada momento: o Partido e o sindicato, por esse seu ‘caráter de voluntariedade’, por esse seu caráter ‘contratualista’, não podem ser de forma alguma confundidos com o Conselho, instituição representativa, que não se desenvolve aritmeticamente e sim morfológicamente e tende, em suas formas superiores, a dar o caráter proletário do aparelho produtivo e distributivo criado pelo capitalismo com fins de lucro [...] (NOSELLA, 1992, p. 35).

Advoga Gramsci (2011, p. 78) que partidos e o sindicatos, lembrando o fim último de sua organização, qual seja, o advento da sociedade proletária, devem se colocar

como agentes conscientes da libertação dos conselhos das amarras que se concentram no Estado burguês, pondo assim como objetivo a organização das condições externas (políticas) nas quais o processo revolucionário ganha a maior celeridade possível, nas quais as forças produtivas liberadas encontram sua máxima expansão.

O Partido, para Gramsci, deveria ser, antes de tudo, uma grande escola que deve educar a partir da realidade viva do trabalhador e não das falsas e enciclopédicas doutrinas: “a ideia de educar para a liberdade concreta, historicamente determinada, universal e não para o autoritarismo exterior que emana da defesa de uma liberdade individualista e parcial, constitui a alma da concepção educativa de Gramsci”, como bem explicita Nosella (1992, p. 36).

Vale enfatizar que Gramsci e o seu grupo criam uma escola em torno da *L’Ordine Nuovo*, com objetivo de formar os intelectuais orgânicos do futuro Estado proletário; a escola se propunha a ser “enraizada na prática industrial e pautada na concepção metodológico-didática do historicismo vivo” (NOSELLA, 1992, p. 36).

De acordo com Del Roio (2006, p 316), a escola da *L'Ordine Nuovo* passou a funcionar em fins de 1920, quando a efervescência dos conselhos de fábrica começa a declinar, por ser vítima “dos ataques convergentes do Estado, dos nascentes grupos fascistas e da indiferença criminosa dos reformistas do sindicato, a Confederação (CGL) e do partido (Partido Socialista Italiano – PSI)”.

A escola do trabalho da Revista, obviamente, não tinha por objetivo promover aos trabalhadores um conhecimento estranho a eles. Ao contrário, a ideia era “reforçar o princípio de solidariedade e de saber-fazer que era próprio do seu cotidiano de produtores, de incorporar o aprendizado já adquirido no espaço público gerado pela greve, pelo comício, pelo debate” (DEL ROIO, 2006, p. 316). O primeiro passo, segundo Del Roio, seria o de aceitar que o educador se deixe educar¹⁹. Para tanto, o método, a disciplina e a solidariedade próprios do mundo fabril deveriam ser o apoio da escola do trabalho.

O objetivo da escola do trabalho, ainda na esteira de Del Roio (2006), era o de educar os trabalhadores fabris “para a autogestão da produção e para a administração pública, entendida como autogoverno” (p. 316). Na escola, também, seriam burilados os intelectuais gerados pela própria classe operária, os seus intelectuais orgânicos, que teriam

condições de criar uma nova cultura, distinta e contraposta à da intelectualidade burguesa e mesmo reformista. Logo, a escola do trabalho encontra o seu método e o seu fundamento na ação dos produtores, mas o seu objetivo é o de contribuir para a construção do homem comunista, do trabalhador livre associado. Para isso, é imprescindível o controle da produção e do instrumento de trabalho, o que implica conhecimento técnico e científico. (DEL ROIO, 2006, p. 316).

A ruína dos movimentos de fábrica na Itália, em 1920, trouxe como decorrência o fim desta fase formativa do *L'Ordine Nuovo*. Del Roio (2006, p.316) afirma que “o momento revolucionário de 1919-1920 foi um rico experimento de auto-educação e de educação do educador por parte dos trabalhadores”.

Infelizmente, para a escola do trabalho “a clausura do sindicato e do partido operário mostrou a insuficiência dessa ação política educativa”. Como nos alertou Gramsci, o sindicato

¹⁹Que o educador se deixe educar, nos remete a célebre passagem de Marx (2012, p. 165) nas Teses sobre Feuerbach: A doutrina materialista da transformação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são transformadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado. Por isso ela tem de separar a sociedade em duas partes, das quais uma lhe é superior. A coincidência do ato de mudar as circunstâncias com a atividade humana ou autotransformação pode ser compreendida e entendida de maneira racional apenas na condição de práxis revolucionária (revolutionäre Praxis).

e o partido operário desempenharam “fielmente o seu papel de instâncias privadas e contratuais dentro do Estado burguês” (DEL ROIO, 2006, p. 316).

3.4 A Escola de Partido e a frente única: no contexto de ascensão do fascismo (1921-1926)

Após a valorosa tentativa de formar os quadros, através de uma escola de cultura socialista, a *L'Ordine Nuovo*; há uma cisão orgânica dentro do Partido Socialista Italiano (PSI).

Gramsci e o grupo da *L'Ordine Nuovo* há tempos vinham se afastando da visão e direção política do PSI, por este apresentar os limites da Segunda Internacional Comunista, que tinha basicamente duas deformações de caráter filosófico e político, segundo Oldrini (1999, p. 69): “No plano filosófico, o marxismo tropeça em limites de caráter economicista, pois a maioria tende a fazer dele uma doutrina de uma só linha (*unilineare*), na qual a economia determina rigidamente todos os outros planos da realidade”. Esta deformação conseqüentemente leva ao determinismo: “Esse determinismo de ordem filosófica [...] converte-se depois, por sua vez, no plano político, em uma espécie de fatalismo” (OLDRINI (1999, p. 69). Duas deformações desfigurações que levam a falsa ilusão, de que a “lei marxiana do crescimento inevitável das contradições do capitalismo deduz-se imediatamente a consequência que, no ato em que as contradições amadurecem e explodem, a derrocada do capitalismo ocorre por si mesma” (OLDRINI, 1999, p. 69).

Em janeiro de 1921, é formado o Partido Comunista da Itália, associado a Terceira Internacional, um partido de novo tipo, “um novo instrumento de luta pela defesa da autonomia operária” (DEL ROIO, 2006, p. 317).

A Terceira Internacional, por volta 1921, encaminha aos seus partidos associados a “estratégia revolucionária na direção de se construir o Estado socialista através da formação da *frente única* com os socialistas” (NOSELLA, 1992). Gramsci, de imediato, comunga com essa orientação que vinha de elaborações de Lenin.

Em maio de 1922, Gramsci é enviado à Moscou junto à delegação comunista italiana na reunião do comitê executivo da Internacional Comunista (IC). Por lá conheceu por lá figuras emblemáticas, a exemplo de Lenin, Trotsky, Martov etc (NOSELLA, 1992). Durante o período em esteve em Moscou, o comunista sardo se “interessou muito pelos debates sobre a questão da Escola do Trabalho, sobre o Fordismo e o Americanismo: os seus cadernos fazem várias referências às teses que nesse momento eram debatidas na Rússia sobre o trabalho

como princípio educativo” (NOSELLA, 1992, p. 52). Também se convenceu da importante tese defendida por Lenin²⁰ de que os trabalhadores fabris e do campo deviam montar uma frente única contra o capitalismo e, no caso, o fascismo.

No final de outubro de 1922, período em que estava em Moscou, o fascismo foi instaurado na Itália. E, nesse mesmo período, o revolucionário sardo decide reviver a *L'Ordine Nuovo* para “contribuir para a educação e para o progresso intelectual da vanguarda operária” (NOSELLA, 1992, p. 112). Deste modo, esta etapa do periódico “se propõe a suscitar nas massas de operários e camponeses uma vanguarda revolucionária capaz de criar o Estado dos conselhos de operários e camponeses e de fundar as condições para o advento e a estabilidade da sociedade comunista” (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2005, p. 113).

Infelizmente, perante o fascismo, Gramsci teve que adaptar sua maneira de pensar em escola: “uma escola imediatista e politicamente *interessada*” (NOSELLA, 1992, p. 58). Entretanto, o revolucionário não deixou de se preocupar com as implicações negativas que essa educação fechada poderia trazer.

Assim sendo, Gramsci assevera que este curso por correspondência

[...] deve se constituir na primeira fase de um movimento que visa criar pequenas escolas de partido, cuja função é formar organizadores e difusores bolchevistas, não maximalistas, que tenham portanto cabeça e não só pulmões e garganta. Por isso nos manteremos sempre em contato por correspondência epistolar com os melhores companheiros [...]. Onde quer que exista um grupo de companheiros, deve surgir uma escola de partido; os elementos mais velhos e mais experientes devem ser os instrutores dessas escolas, participar sua experiência aos mais jovens, contribuir e elevar o nível político das massas. Claro, não é através desses meios pedagógicos que o grande problema histórico da emancipação espiritual da classe operária poderá ser resolvido; mas não é a solução utopista desse problema que estamos propondo. Nossa tarefa limita-se ao partido, composto por elementos, que já demonstraram, pelo simples fato de serem inscritos, terem alcançado um notável grau de emancipação espiritual: nossa tarefa é a de melhorar nossos quadros, torná-los aptos a enfrentar as próximas lutas [...]. Queremos formar companheiros operários capazes de um trabalho prático e não apenas de gritar ‘Viva a revolução!’ (GRAMSCI, 2004b, v.2 p. 252).

O revolucionário sardo propôs, ainda, que, desse movimento, participasse todo o proletariado, que houvesse uma união entre os camponeses e operários para que juntos formassem a frente única.

²⁰Trotsky (1989, p. 18) também concebeu a frente única como importante estratégia: “O operário agrícola é, na aldeia, o irmão de armas e o equivalente ao operário da indústria. Constituem duas partes duma só e mesma classe. Os seus interesses são inseparáveis”.

Esse trabalho de formação atingiu somente as pessoas que já estavam inscritas no partido e eram, portanto, consideradas confiáveis. Seus conteúdos programáticos e a ajuda pedagógica estavam centralizados no Partido (PCI), ou seja, em seus militantes mais velhos e experientes.

Essa ajuda pedagógica produziu e publicou uma série de opúsculos e alguns livros. Os opúsculos indicados eram:

- 1) desenvolvimentos temáticos elementares do marxismo; 2) uma exposição sobre a palavra de ordem do governo operário e camponês aplicada à Itália; 3) um manual do militante contendo os dados mais essenciais da vida econômico-política italiana, sobre os partidos políticos etc., ou seja, contendo as informações essenciais para comentar as leituras feitas em grupos dos jornais burgueses (GRAMSCI, 2004b, v.2 p. 252).

De acordo com Del Roio (2006, p. 324), o curso por correspondência foi pensado para se desenvolver através de três séries de lições:

a primeira das quais sobre a teoria do materialismo histórico, tendo por referência o livro de Bukhárin, o Tratado sobre o materialismo histórico. A segunda parte do curso seria centrada em temas de política geral, que passariam por noções de economia política, formação e desenvolvimento do capitalismo, história do movimento operário, a guerra e a crise capitalista, a Revolução Russa, a transição etc. A terceira parte seria dedicada às questões próprias do PCI, como a doutrina, o programa e a organização revolucionária, de acordo com a orientação da Internacional Comunista. Como material de suporte e complemento, seriam publicados fascículos mensais sobre temas específicos, como a questão sindical e a questão camponesa, entre outras.

Além desses opúsculos, havia a intenção de se publicar uma edição italiana do Manifesto Comunista e outros textos de Marx e Engels.

É importante ressaltar que a Escola por Correspondência, para Gramsci, não era a melhor opção formativa. Ele temia, por exemplo, que os alunos achassem os conteúdos (teoria do materialismo histórico-dialético, temas de política, educação etc.) rígidos, não contando, naquele modelo, com a possibilidade de questionar e debater. Portanto, Gramsci afirmava que o melhor ensino é aquele presencial, em que o aluno interage concretamente com os educadores e companheiros envolvidos no processo. Nesse tipo de ensino, o professor pode visar ao objetivo de “fazer viver coletivamente a escola, de modo que ocorra um contínuo desenvolvimento de cada um e que tal desenvolvimento seja contínuo e sistemático” (GRAMSCI *apud* DEL ROIO, 2006, p. 325).

4 CONCLUSÃO

Nosso trabalho dissertativo teve por objetivo investigar as categorias presentes nos escritos pré-carcerários de Antonio Gramsci acerca da frente única; e as formulações do revolucionário para uma educação classista aos operários e camponeses.

Buscando a gênese e processualidade do pensamento de Gramsci para o melhor entendimento de sua *práxis* revolucionária, fizemos um breve regaste da sua vida e obra, detalhando o momento histórico em que atravessou sua curta existência e que contemplou a, Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ascensão do Fascismo. Destacamos sua militância dentro dos partidos, conselhos de fábrica e jornais.

Para Gramsci, amparado por Marx, para entendermos com exatidão os fatos históricos, precisávamos compreender quais são *os sistemas e as relações de produção e de troca* que permeiam a sociedade.

Nesse sentido, dissertamos sobre a história dos grupos sociais subalternos na Itália. Uma história, caracterizada por Gramsci, como desagregada e episódica, permeada de senso comum e de folclore, mas que poderíamos encontrar no curso histórico destes grupos uma tendência à unificação.

Recuperamos que a Itália, no início do século XX, era dividida em duas regiões bem distintas o norte industrializado e desenvolvido, com grandes indústrias e uma crescente classe operária, por um lado; e o sul agrário e atrasado com camponeses que beiravam a miséria, por outro. Tal a problemática político-econômica era conhecida por Questão Meridional e sobre esta Gramsci se debruça com grande empenho e rigor.

Coerente com seus princípios, Gramsci adota como horizonte de solução para a problemática meridional, a aliança política entre os operários do Norte e os camponeses do Sul com a finalidade de trazer as melhores condições para o advento da revolução. Sua posição fica particularmente clara no ensaio *Notas sobre o problema meridional e sobre a atitude diante dele dos comunistas, dos socialistas e dos democratas*.

Nessa direção Gramsci defende, sobretudo quando já fundou com os companheiros da *L'Ordine Nuovo* o Partido Comunista da Itália, que a primeira medida, para superar o problema da Questão Meridional, para que a massa proletária tomasse consciência da importância da aliança operário-camponesa era: “obrigar a vanguarda operária a se ocupar da questão meridional, apontando-a como um dos problemas essenciais da política nacional do proletariado revolucionário” (GRAMSCI, 2004b, v. 2, p. 408).

Dentro desta temática, fizemos uma discussão relativa às classes subalternas e a cultura; anotamos que estas são categorias estudadas e apropriadas por teóricos que se vinculam às mais diversas “ideologias”, desviando-se da perspectiva autenticamente gramsciana. Na verdade, conforme tentamos ressaltar, os escritos gramscianos não se vinculam aos *cultural studies*, que tendem a observar a cultura como elemento determinante e final da sociedade, devendo nós, pesquisadores e cidadãos, apenas *respeitar as diferenças*; ao contrário disto, Gramsci, sem cair no culturalismo, dá grande importância ao estudo do folclore, da religiosidade, do senso comum, das formas de organização das classes subalternas, para que, a partir deste conhecimento, eleve, ao patamar universal, a consciência de classe dos subalternos. Para Gramsci, compreendendo estes a história universal, reunirão os elementos para entender criticamente a realidade no sentido de superá-la.

Mostramos o quão afinado o teórico italiano estava com o materialismo histórico dialético, ao analisar a Revolução Francesa e suas limitações para as classes subalternas, tentamos fazer uma grande resenha de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Karl Marx.

Afinado aos princípios do marxismo, Gramsci afirmava que a história não podia ser apreendida apenas como um evento, pois se tornaria uma pura atividade prática (econômica e moral); assim como Marx, analisando, historicamente, a Revolução Francesa, chega a conclusão de que esta *abateu muitos privilégios, ergueu muitos oprimidos; mas não fez mais do que substituir a dominação de uma classe pela outra*.

Chegando a nossa primeira conclusão, no presente trabalho dissertativo, asseveramos com Gramsci, que operários e camponeses são duas energias da mesma força, da revolução proletária; devendo estes formar uma frente única para a lutar pela emancipação humana.

A luta pela emancipação humana não pode dispensar a formação dos quadros, de maneira a garantir que os grupos subalternos se apropriem dos conhecimentos revolucionários acumulados ao longo da história, conhecimentos estes de caráter universal e certamente distanciados de um caráter abstrato e enciclopedista; e, assim, formar companheiros capazes de uma atividade prática coerente e fundamentada, não só de gritar *Viva a Revolução*.

Somando-nos aos esforços empreendidos pelo grupo de pesquisadores que fazem a Linha Marxismo, Educação e Luta de Classes, tentamos aproximar o tratamento do problema da educação e da formação humana em Gramsci aos elementos essenciais da ontologia marxiana recuperada por Lukács, ressaltando que, conforme importantes estudiosos de Lukács e Gramsci, estes se situariam na contramão da leitura economicista e fatalista de Marx e teriam, nesse sentido, se empenhado pela recuperação do marxismo como uma filosofia unitária, capaz de apreender a realidade em sua historicidade dinâmica e complexa.

Desse modo, fizemos uma breve digressão para colocar a contribuição de Lukács acerca do trabalho como complexo fundante do ser social, a partir do qual, surgem e se desenvolvem diversos complexos sociais, dentre estes, a educação.

Partindo da educação enquanto complexo social fundado pelo trabalho e, desse modo, tendo em vista, a relação de dependência ontológica e autonomia relativa da educação para com o trabalho, buscamos as contribuições de Gramsci no campo educacional, entendendo que, através da formação dos quadros, os trabalhadores fabris, que são os detentores dos meios de produção, juntamente com o campesinato, também explorado pelo sistema capitalista, podem se apropriar dos conhecimentos historicamente acumulados e criar as condições para o advento da sociedade comunista.

Ainda que Gramsci não tenha formulado uma proposta escolar, especificamente, para os camponeses; tendo ainda, tardiamente, se aproximado das formulações acerca da problemática da *frente única*, acreditamos que as concepções no campo educacional elaboradas por Gramsci alcançam o conjunto dos grupos subalternos.

Isto porque a escola de Gramsci é uma escola *desinteressada* das amarras do sistema de mercado do capital, por exemplo, e que proporcionasse ao campesinato e aos operários uma educação pautada na formação para a emancipação; uma escola que se situasse longe do saber enciclopédico e burguês, e que se aproximasse dos conhecimentos universais, elevando estes trabalhadores ao patamar mais desenvolvido do gênero humano; uma escola que formasse sujeitos desenvolvidos em suas completas potencialidades tomando como fonte de inspiração homens como Leonardo da Vinci e Maquiavel; uma educação que tomasse como uma unidade orgânica, operários e camponeses.

A escola de Gramsci, como mencionamos nesta dissertação seria aquela que proporcionasse

À criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. Uma escola humanista, em suma, assim como entendiam os antigos e mais próximos homens do Renascimento. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade. (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992, p. 20).

Uma escola, dito de outro modo, que abraze aos filhos da classe subalterna, todas as possibilidades, deixando “todos os campos livres para poder realizar sua individualidade de forma melhor, e por isso no modo mais produtivo para eles e a coletividade”. Uma escola que não tivesse como fim se “tornar uma encubadeira de pequenos monstros mesquinamente

instruídos para um ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, possuidores de um olhar infalível e de uma mão firme” (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 1992, p. 20).

Encerrando nossas considerações, devemos afirmar que a proposta de educação e formação de Gramsci não se configurava como um conjunto de abstrações que colocavam a educação acima das condições objetivas da realidade. Referida proposta foi pensada na perspectiva de transição ao socialismo e em articulação com a luta emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Jadir. Marx e a noção de bonapartismo. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 5, p.1-1, 2011.
- ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a história**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos vol. 1: 1910-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- DEL ROIO, M.. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. Gramsci e a educação do educador. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 26, p. 311-328, 2006.
- _____. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 29, p. 63-78, 2007.
- _____. **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DILLENBURG, F. F. A respeito da frente única proletária: as posições de Gramsci e de Trotsky. **Mais Valia**, São Paulo, v. 8, p. 28-39, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos, vol. 1: 1910-1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.
- _____. **Escritos Políticos, vol. 2: 1921- 1926**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.
- _____. **Cadernos do Cárcere, vol. 5: O Risorgimento, Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- LAJOLO, Laurana. **Antonio Gramsci: uma vida**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer? Problemas candentes de nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 4, p.1-18, 1978.

_____. **Arte e sociedade**: escritos estéticos 1932-1967. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAESTRI, Mário; CANDREVA, Luigi. **Antônio Gramsci**: vida e obra de um comunista revolucionário. São Paulo: Expressão popular, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O princípio educativo em Gramsci**: americanismo e conformismo. Campinas: Editora Alínea, 2008.

MARX, Karl. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Raquel de A. Educação a Distância: Aspectos Histórico-Filosóficos. In: Fiorentini, Leda M. R.; MORAES, Raquel de A. (Org.). **Linguagens e interatividade na educação a distância**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

OLDRINI, Guido. Gramsci e Lukács, adversários do marxismo da Segunda Internacional. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 8, p. 67- 80, 1999.

OLIVEIRA, Thiago Chagas. **Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci (1916-1920)**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PISTRAK, Moysey M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálysis**, Florianópolis, v. 1, n. 12, p.41-49, 2009. Disponível em: <<http://www.katalysis.ufsc.br/conteudo.php>>. Acesso em: 12 maio 2013.

SOBRAL, Karine Martins. **O trabalho como princípio educativo em Gramsci**: ensaios de compreensão à luz da ontologia marxiana. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

TROTSKY, Leon. **Programa de transição (1938)**. São Paulo: Teoria Revolucionária, 1989.